

para os armamentos letais, armas de fogo, para a Guarda Municipal.

É importante que o Vereador Jones Moura entenda que não se trata de uma questão de entendimento, trata-se de uma questão de convicção, de que a retirada daqueles termos, tal qual sua emenda fazia, abria brecha para isso. Não é uma questão de que nós não entendemos o Projeto. Entendemos muito bem. E foi esse o debate feito aqui. Inclusive neste ponto, eu quero fazer uma questão de ordem à Mesa – não precisa ser hoje também, porque significa que este tema já foi debatido esse ano. Portanto, o que o Vereador Carlos Bolsonaro disse, tentando enganar a Guarda de que esse assunto volta esse ano, esse assunto não volta mais esse ano. Esta Casa já debateu a questão do armamento letal para a Guarda Municipal e rejeitou a emenda.

Então, é uma questão que eu gostaria que fosse esclarecida sobre esse elemento. Logo, pode voltar no ano que vem. No ano que vem, a gente volta a discutir arma letal para a Guarda. As armas menos letais, que serão apreciadas amanhã, serão apreciadas amanhã, mas o debate sobre armamento letal foi encerrado por este ano, hoje, com essa votação, que representa a votação da maioria da população do Rio de Janeiro, já que a maioria dos vereadores aqui estava representando essa população.

Muito obrigado.

A SRA. MARIELLE FRANCO – Para declaração de voto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CLÁUDIO CASTRO) – Para declaração de voto, a Vereadora Marielle Franco, que dispõe de três minutos.

A SRA. MARIELLE FRANCO – Queria seguir a mesma linha do Tarcísio e da bancada do PSOL, registrando a vitória da organização, a vitória de um processo de conscientização e elaboração, para além, inclusive, da bancada do PSOL, mais amplo com relação aos partidos, rejeitando essa brecha que poderia levar ao armamento da Guarda. E conforme foi dito aqui por outros vereadores, e a gente precisa reforçar: não voltará esse tema. A emenda já foi engavetada, já foi rejeitada, o que volta amanhã para apreciação é, em 2ª discussão, o PELOM.

Queria registrar também o quanto a organização nas galerias foi fundamental. Continuar com essa cidadania ativa nessa mobilização é que será o fundamental para a Cidade do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (CLÁUDIO CASTRO) – Muito obrigado.

Sendo evidente a falta de quórum para dar continuidade aos trabalhos, antes de encerrar a Sessão, a Presidência comunica que estão consideradas aprovadas, nos termos regimentais, as redações finais dos Projetos de Lei nº 1238-A/2011 e 1952-A/2016, que seguem a autógrafos, e do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 21-A/2014, que segue à promulgação; informa que o Projeto de Lei Complementar nº 149/2016 recebeu Emenda de nº 1, sai da Ordem do Dia e segue às comissões pertinentes; comunica, ainda, que o Projeto de Lei nº 779/2010 recebeu Emenda de nº 1, sai da Ordem do Dia e segue às comissões pertinentes; e convoca Sessão Ordinária para amanhã, dia 7 de junho, quarta-feira, às 14 horas, cuja Ordem do Dia é continuação da designada anteriormente.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h59)

COMISSÃO ESPECIAL INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO Nº 1.380/2017

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 2017

Presidência do Sr. Vereador Reimont.

Às quatorze horas e quinze minutos, no Plenário Teotônio Villela, em 2ª chamada, sob a Presidência do Sr. Vereador Reimont, tem início a Audiência Pública da Comissão Especial

“Com a Finalidade de Tratar do Cumprimento da Lei do Sistema Municipal de Assistência Social – SIMAS para os Assistentes Sociais”.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Senhoras e senhores, boa tarde. É uma alegria tê-los conosco.

Nos termos do Precedente Regimental nº 43/2007, em 2ª chamada, dou por aberta a Audiência Pública da Comissão Especial instituída pela Resolução nº 1.380 de 24 de março de 2017, com a finalidade de tratar do cumprimento da Lei do Sistema Municipal de Assistência Social – SIMAS para os Assistentes Sociais.

A Comissão Especial nº 1.380/2017 é constituída pelos seguintes Senhores Vereadores: Reimont, Presidente; Veronica Costa, Vice-Presidente; Luiz Carlos Ramos Filho, Relator; Zico Bacana, Membro e Dr. Gilberto, Membro.

Ausentes da nossa Audiência, mas de maneira justificada, por compromissos agendados que não conseguiram desmarcar, o Vereador Zico Bacana e o Vereador Dr. Gilberto, a quem agradecemos também.

A Mesa está assim já constituída: Excelentíssimo Senhor Vereador Reimont, Presidente da Comissão; Excelentíssima Senhora Vereadora Veronica Costa, Vice-Presidente da Comissão; Excelentíssimo Senhor Vereador Luiz Carlos Ramos Filho, Relator da Comissão; Excelentíssimo Senhor Vereador Fernando William, Presidente da Comissão de Trabalho e Emprego e membro da Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público; Senhora Presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro, Maria José dos Santos Peixoto; Senhora Diretora do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro, Margareth Alves Dallaruvera; Senhor Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Robson Martins Teixeira, representando a Excelentíssima Senhora Secretária Municipal Teresa Bergher; Senhora Coordenadora do Sistema Municipal de Assistência Social – SIMAS, Claudia Lasry Martins; Senhora Aydee Valerio de Souza Albino, membro da Comissão de Equiparação Salarial do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro; e Charles Barros de Figueiredo, membro da Comissão de Equiparação Salarial do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro e Mônica Oliviar, Diretora do Conselho Regional de Serviço Social-CRESS.

Agradecemos a presença do Vereador Fernando William, que tem tudo a ver com a discussão de hoje, pois é Presidente da Comissão de Trabalho e Emprego e membro da Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público.

Eu quero, inicialmente, antes de fazer os registros dos cumprimentos e também das justificativas de ausência, convidar para fazer uso da palavra a Vereadora Veronica Costa, para cumprimentá-los e fazer a sua saudação inicial.

A SRA. VEREADORA VERONICA COSTA – Boa tarde, Senhor Presidente Reimont, a quem eu conheço e acompanho o trabalho dentro desta Casa, de quem tenho muito orgulho de trabalhar ao lado. Eu o parabeno por esta Audiência e digo que pode contar comigo sempre.

Eu quero desejar uma ótima tarde para você que está assistindo a essa Audiência Pública neste momento e a todos vocês que estão nesta luta.

Quando se fala do assistente social, eu, que conheço a base, o sofrimento de todas as comunidades aonde às vezes as autoridades não chegam perto, vejo que vocês acabam sendo a solução, acabam sendo a referência e a esperança dessa população tão massacrada, que sofre o tempo todo com a violência, com o desemprego, com o preconceito e com a exploração de todo tipo.

Hoje, eu quero falar para vocês que podem contar comigo. Estarei do lado de vocês sempre que precisarem. E, mais uma vez, parabéns, Reimont. Conte sempre comigo.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Obrigado, Vereadora.

Eu quero aproveitar e dizer à Veronica Costa que, da minha parte também: tenho muito orgulho de trabalhar com ela e quero agradecer a sua presença. Quero dizer uma coisa dos dois Vereadores, Veronica Costa e Luiz Carlos Ramos Filho, que estão aqui para garantir ao assistente social que hoje haveria Audiência Pública. O Regimento Interno da Casa diz o seguinte: uma Audiência Pública só pode ser aberta quando a maioria dos

membros da Comissão que pede sua realização está presente. Nós somos cinco membros; e dois vereadores justificaram sua ausência. Mas tanto a Vereadora Veronica Costa como o Vereador Luiz Carlos Ramos Filho, que a sexta-feira, normalmente, sextas e segundas, como não são dias de Plenário na Casa, nós Vereador fazíamos muito, muito serviço externo, visitamos as comunidades.

A Vereadora Veronica Costa vai daqui a pouquinho – e não é de helicóptero, é de carro – correndo para Campo Grande. Então, já justificando e agradecendo a deferência dela a esta Audiência Pública e da mesma forma o Vereador Luiz Carlos Ramos, que certamente vai falar sobre isso.

Com a palavra, o Vereador Luiz Carlos Ramos Filho.

O SR. VEREADOR LUIZ CARLOS RAMOS FILHO – Boa tarde a todos, é um prazer estar aqui, com vocês. Quero cumprimentar o Presidente e parabenizá-lo por esta Audiência Pública. Quero cumprimentar a Presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro, Maria José dos Santos Peixoto, e também a todos da Mesa e aos assistentes sociais.

A Audiência Pública é um instrumento usado para que a Comissão ouça as informações que vocês têm a passar, para nós alimentar. Para vermos de que forma daremos andamento às discussões e aos nossos pareceres. Eu recebi rapidamente a Presidente no meu gabinete, com nosso amigo Charles, para entender a causa de vocês e o que estão reivindicando. E a gente analisou, deu uma estudada e vai buscar uma solução que contemple a os assistentes sociais; uma classe muito importante, que é diretamente ligada à saúde.

Nos hospitais públicos, é a pessoa que dá o primeiro atendimento, em um momento de desespero. Dá um norte, tem uma visão ampla do funcionamento dos equipamentos públicos, das instituições; e direciona a população para onde deve caminhar. Então, estou aqui para colaborar, para que a gente possa avançar no tema de vocês. Muito obrigado.

Presidente, terei de me ausentar, mas vou assistir à transmissão, ao vivo, desta Audiência Pública, pelo canal 12 da NET. Na segunda-feira, ela estará disponível no Youtube. Eu tenho a prática de assistir às audiências; para ouvir cada um dos senhores que estarão na Tribuna, falando sobre o tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Nós que agradecemos. Vereador. O Vereador Luiz Carlos Ramos Filho é muito zeloso, é o relator da nossa Comissão. Ele estava falando comigo, ali fora, preocupado por não poder ficar o tempo todo hoje, por conta da relatoria que haverá de fazer. Mas ele está atento, sua assessoria também; os canais que estão transmitindo, haverá a publicação no Diário da Câmara Municipal. Então, agradeço ao Vereador Luiz Carlos Ramos Filho. Obrigado!

Quero fazer alguns registros. Primeiramente, eu quero... Quando eu falo primeiramente, eu lembro sempre: primeiramente, “Fora, Temer!”. Quero registrar, inicialmente, os cumprimentos do Vereador Cláudio Castro a nossa audiência pública. Ele justifica sua ausência por motivo de agendamento anterior. O Anderson Ferraz Carneiro, que é Coordenador Especial de Recursos Humanos da Prefeitura, foi convidado, mas não pode vir porque está em diligência em São Paulo e pede para justificar a ausência. Daí, vem um dado bacana: ele se encontra em uma agenda em São Paulo, mas se coloca inteiramente à disposição para dialogar conosco sobre o tema de discussão desta Audiência. Dessa forma, o Anderson está se colocando a disposição aqui, oficialmente. Esta Audiência tem alguns marcos, e eu queria somente fazer a minha saudação inicial.

No dia 8 de março, nós fomos procurados por representantes da Comissão de Equiparação Salarial e pelo Sindicato dos Assistentes Sociais para tratar da equiparação salarial dos assistentes sociais, em observância a Lei do SIMAS. A reunião teve os seguintes encaminhamentos: foi solicitado que pedíssemos uma reunião à Secretária Teresa Bergher. Assim nós fizemos, e essa reunião aconteceu no dia 27 de março deste ano. Portanto, 20 dias depois. Nós também tivemos uma solicitação para criar uma Comissão Especial para tratar do cumprimento da Lei do SIMAS.

Nós fizemos um requerimento à Casa para instalação de uma

comissão, e esta foi criada com a Resolução nº 1.380/17 de 24 de março de 2017. A Comissão Especial com a finalidade de tratar do cumprimento da Lei do Sistema Municipal de Assistência Social – SIMAS, e tem a seguinte composição: Vereadores Luiz Carlos Ramos Filho, Veronica Costa, Reimont, Zico Bacana e Dr. Gilberto. A Comissão Especial realiza hoje a sua primeira Audiência para tratar, exclusivamente, desse assunto.

É bom lembrarmos que esta Audiência não é um pontapé inicial da discussão. Pelo contrário, os profissionais do serviço social tem discutido esse tema há muito tempo. Inclusive, foi objeto de uma Audiência Pública promovida pelo Vereador Jefferson Moura na Legislatura passada, em que muitos de vocês, certamente, estiveram presentes e houve desdobramentos concretos.

É bom também lembrar que foi feito um Requerimento de Informação, na época, ao Secretário de Administração Marcelo Queiroz. Esse Requerimento de Informação não obteve absolutamente nenhuma resposta e, por conta disso, a Comissão, muito correta e acertadamente, representou junto ao Ministério Público. Daí, teve esse encaminhamento concreto.

A Prefeitura não pode compreender que este é um primeiro passo para discutir a questão da aplicação do SIMAS, o Sistema Municipal de Assistência Social. Esse não é um passo inicial, é um passo depois de muitos outros dados. Então, pensando dessa forma, vamos começar a fazer as nossas falas. Os vereadores que tem compromissos fiquem à vontade para, na hora que quiserem, pedir a palavra e fazer as suas colocações.

Eu vou passar a palavra para o Charles, membro da Comissão de Equiparação Salarial do Sindicato, para que ele possa ter uns minutinhos para sua fala.

O SR. CHARLES BARROS DE FIGUEIREDO – Boa tarde.

Primeiro, eu queria agradecer aos vereadores e vereadoras pela oportunidade de estarmos aqui, hoje, explanando sobre uma pauta que vem desde 2008: a questão da equiparação de vencimentos dos assistentes sociais da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Queria salientar, primeiramente, que nós, assistentes sociais da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, atuamos em várias políticas públicas e sociais do Município; seja na Secretaria Municipal de Educação, Assistência Social e Direitos Humanos, seja na Secretaria Municipal de Saúde ou de Esportes e Lazer.

A pauta que trazemos para esta Casa vem sendo discutida desde 2008, inicialmente pelo Sindicato dos Assistentes Sociais, que formalmente entrou com o processo de equiparação de vencimentos – relativo à Lei nº 4.814/2008 – na Prefeitura. Esta Lei equipara o vencimento de todos os profissionais de saúde do Município do Rio de Janeiro. Com a Lei do SIMAS, de 2001, o assistente social é reconhecido, no Município, como profissional de saúde, através de seu art. 3º.

Desde então, apesar de sermos profissionais de saúde e até de outras políticas, na Prefeitura do Rio de Janeiro, somos reconhecidos como profissionais de saúde. A extensão da Lei nº 4.814/2008 faz uma menção à Lei do SIMAS, porém, depois de nossas análises e discussões, verificamos que o assistente social não é expressamente excluído da equiparação de vencimento. Ou seja, não está escrito que os assistentes sociais da Prefeitura do Rio de Janeiro não devem ser equiparados com o vencimento dos profissionais de saúde, no caso, de nível superior. Só para se ter uma ideia, a Lei nº 4.814/2008, que é a lei de vencimentos da saúde, equipara nível médio, superior e elementar; quem é do nível superior recebe a mesma coisa que o médico, que um fisioterapeuta, que um enfermeiro, que um psicólogo e outros profissionais. No Anexo II da Lei nº 4.814/2008 – que é da equiparação de vencimentos dos profissionais de saúde –, o assistente social simplesmente não aparece. Ao longo de todas as nossas discussões e debates, o Sindicato vem lutando, esses anos todos – são praticamente 10 anos –, para que possamos ser reconhecidos como profissionais de saúde no vencimento.

O Sindicato entrou com processo administrativo, que foi extraviado no ano passado – se não me engano – e perdemos um tempo no andamento dessa discussão. Foi feita, então, através de assembleia e decisão da categoria, uma reivindicação judicial que já está correndo. Também decidimos que faríamos uma mobilização política e acreditamos que esse seja o melhor caminho

para o reconhecimento e valorização da categoria dos assistentes sociais no Município do Rio de Janeiro.

E assim foi feito. Percorremos vários gabinetes desta Casa e, de antemão, agradecemos, pois fomos recepcionados por todos os vereadores e vereadoras de forma respeitosa e compreensiva com relação a nossa reivindicação. Tivemos um grande ânimo com esse caminho porque, através dos esclarecimentos, pudemos explicar a nossa luta e a nossa pauta.

Senhores presentes, a questão do reconhecimento do vencimento, da equiparação de vencimentos que a gente sempre ressaltou, não é um aumento salarial, é um reconhecimento da categoria no mesmo nível dos profissionais de saúde da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. E nós apenas reivindicamos esse reconhecimento.

Inclusive, há uma avaliação da questão do impacto financeiro, que infelizmente se perdeu com o processo administrativo, ou seja: foi extraviada, e que nesta questão do impacto financeiro não significaria – ou não significará – um impacto tão relevante na equiparação com os profissionais de saúde.

Finalizando, esta pauta que aqui é trazida hoje é uma pauta que, como o Vereador salientou, já é conhecida da Administração Municipal. E apenas estamos aqui agradecendo mais uma vez esse apoio político, que é a via que consideramos ser a melhor para que nós alcancemos a nossa vitória.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Obrigado, Charles.

Eu vou passar a palavra para a senhora Aydee Valerio de Souza Albino, também membro da Comissão de Equiparação Salarial do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro.

Nós não tínhamos combidado o tempo de fala, mas acho que podemos nos organizar e, se for necessário, demarcamos um limite. Certo?

Com a palavra, Aydee Valerio.

A SRA. AYDEE VALERIO DE SOUZA ALBINO – Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento o companheiro Reimont e, seguindo a orientação do companheiro, primeiramente, “Fora, Temer!”

Os assistentes sociais no Município do Rio de Janeiro têm uma luta específica há nove anos. Nesse tempo, em quase uma década, muitos profissionais já estão na qualidade em que me encontro hoje: felizmente aposentada – o que a gente sabe que muitos companheiros não vão conseguir. Eu, felizmente, consegui. Na quarta-feira, foi publicado e estou aposentada. O que é uma alegria, certo? Algo que daqui para frente vai ser raro. Foi o Robson até quem assinou a minha aposentadoria.

E estou aqui nesse lugar de falar dessas companheiras que não estão esquecidas na luta de equiparação de vencimentos, que foram companheiras que, na política de assistência social, contribuíram com o seu fazer profissional com a Cidade, com o Município do Rio de Janeiro.

As autoridades percebem a importância do assistente social, nessa política em que nós estamos, quando tem calamidade. A última calamidade, em 2011, foi quando o Prefeito anterior reconheceu que éramos profissionais de valor, tecnicamente falando, que não éramos moças caridosas e bondosas e, sim, profissionais que estávamos para atender e garantir o direito da população. Naquela ocasião, o direito a um atendimento digno a quem havia perdido tudo com o fenômeno da natureza.

E nesse lugar de quem luta por garantia de direitos, estamos aqui nesta tarde: para lutarmos pela garantia de igualdade de vencimentos do nosso recurso financeiro, que, há quase uma década, está sendo usurpado pelo Executivo Municipal. Quero salientar, como já muito bem colocou o companheiro Charles, o extraviado de um processo de 29 anos, 9 meses e 14 dias de prestação de serviço ao Município do Rio de Janeiro – e foi a única vez que eu vi um processo sumir, ser extraviado.

Esse processo tinha um parecer do então Secretário de Administração, um parecer favorável a nós, aos assistentes sociais. Curiosamente, ele sumiu; melhor dizendo: ele foi extraviado. Então, estamos aqui, hoje, para demarcar esse lugar de quem luta à procura de um processo que está extraviado, de quem luta para uma equiparação de vencimentos. Somos profissionais e estamos

atuando nesta política; temos profissionais que estão conosco nesta política e que são considerados, também, profissionais de saúde, como é o caso dos psicólogos e nutricionistas, e que têm o seu vencimento-base equiparado aos profissionais que estão na saúde.

Essa tarde é tarde para dizer que uma década já deu. Já deu o que tinha que dar, não é? Desde 2008, já estamos em 2017, e que esta pauta não chegue a 2018. Porque, em 2018, eu pretendo estar recebendo o meu vencimento na qualidade de aposentada, com equiparação aos colegas, aos companheiros que atuam na política de saúde.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Nossos dois oradores, tanto o Charles, quanto a Aydee, falam desse processo extraviado. O Vereador Luiz Carlos Ramos Filho, antes de sair, pediu que eu fosse portador de uma pergunta. Para ficar bem objetivo, embora isso nós possamos pesquisar e encontrar, mas para que a Mesa fale e, também, para que isso fique registrado: onde o processo foi visto pela última vez? Ou melhor: qual o órgão da Prefeitura responsável pelo extravio desse processo? Onde ele esteve? Onde foi visto pela última vez, lá no acompanhamento? Foi na Comissão de Programação e Controle de Despesas (Codesp), não é? Fala para nós, ao microfone, onde foi extraviado, por favor.

A SRA. MARIA JOSÉ DOS SANTOS PEIXOTO – Na Codesp. Ele desapareceu na Codesp, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Muito obrigado, Zezé. Está respondida a pergunta do Vereador Luiz Carlos Ramos Filho.

Chegou às minhas mãos a consulta do processo extraviado. O órgão de origem é Codesp, Secretaria Executiva da Codesp, dia 8 de outubro de 2008. Isso é uma consulta. Vamos fazer chegar às mãos do relator da nossa Comissão, não é, Vereadora Veronica Costa, Vereador Luiz Carlos Ramos Filho? Muito obrigado.

As informações são boas. Nós precisamos documentar tudo, porque precisa ter sequência essa Audiência Pública, precisa ter consequência. A Audiência Pública não pode ter fim em si mesma, ela precisa depois produzir alguma consequência.

Agradeço a presença do Vereador Fernando William aqui à Mesa. Quero abrir o microfone para a palavra da Coordenadora do Sistema Municipal de Assistência Social – SIMAS, a Senhora Claudia Lasry Martins.

A SRA. CLAUDIA LASRY MARTINS – Boa tarde a todos, boa tarde aos senhores vereadores. Quero dizer que antes de vir para esta Mesa, conversando com a Secretária Teresa Bergher, eu perguntei a ela se eu poderia dizer tudo aquilo que eu acho, porque sou categoria, que estaria muito mais aí do que aqui. Como sempre, a Secretária e Vereadora afirmou: “Claudia, é isso, o que você tiver para falar enquanto categoria e enquanto Coordenadora do SIMAS, você tem todo o aval para ser dito.” Ainda bem que ela mandou o chefe de Gabinete junto comigo, que aí não tem problema.

Quero dizer aos senhores que o pleito é mais que legítimo. Enquanto categoria, eu tenho a dizer que, além dos espaços onde atuamos, nós somos os profissionais que, onde tem os acontecimentos trágicos ou não, chegamos antes de todos os outros profissionais e saímos depois de todos eles. Então, não há absolutamente nada que possa ser dito aqui que toda a categoria já não saiba que é direito, legítimo, posto na Lei do SIMAS. Está posto inclusive quando todos nós, antes mesmo de lutarmos pelas 30 horas, já tínhamos a luta dessa equiparação que infelizmente aconteceu o... sumiço? O extraviado, porque sumiço não pode, o extraviado do documento.

Estarei aqui para responder todas as perguntas se assim souber, e o que eu não souber, envio a resposta por escrito, sem nenhum problema. Colocamos esse adesivo, estamos aqui com o adesivo, porque hoje estamos na condição de gestor, mas somos profissionais assistentes sociais numa luta que é árdua e somente nós sabemos fazer. Nenhum outro profissional faz o que fazemos, nem com a dedicação que fazemos, apesar de todas as limitações dos ambientes em que trabalhamos, do redor do local

em que trabalhamos e que não nos furtamos a trabalhar. Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Esse é o serviço social. Não podemos permitir, de maneira nenhuma, nos deixar cooptar por nenhum outro serviço, nenhum outro serviço político ou administrativo que seja. Nosso papel tem que ser desempenhado com essa clareza. Muito obrigado, Claudia.

Passo a palavra também para o chefe de gabinete da secretária Teresa Bergher, representando-a, Robson Martins Teixeira.

O SR. ROBSON MARTINS TEIXEIRA – Senhor Vereador, boa tarde; demais companheiros da Mesa, boa tarde; aos presentes, boa tarde.

Na verdade, nós chegamos agora nesta gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos já com o propósito de tratar a assistência social conforme deve ser tratada. Eu tenho, neste primeiro momento, pouca coisa a falar com vocês, mas quero ratificar a palavra da Claudinha no sentido de que a Secretária de Assistência Social, Vereadora Teresa Bergher, manda essa mensagem a cada um de vocês. Estaremos juntos nessa luta, procurando de toda maneira, naquilo que couber, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, abrir todas as portas para que essa luta que vocês já fazem há tantos anos possa enfim chegar a um termo agradável para todos.

É o que eu tenho a dizer para vocês, que a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos está compartilhando com vocês essa luta e dizer que estaremos lá à disposição a todo tempo, porque é justo. É justo, está na lei e que assim seja cumprida a lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Quero aproveitar para fazer um registro e dizer que, assim que nós pedimos uma audiência à Secretária Teresa Bergher, ela nos atendeu.

Querida fazer outra lembrança, nós temos aqui na Câmara – a Veronica acompanha isso muito de perto, não é Veronica? O Fernando também –, nosso mandato tem trabalhado há oito anos com a política adequada para a população em situação de rua, que é um dos temas, no meu entendimento, mais importantes, porque trata daqueles que são os mais vulneráveis. Os vulneráveis entre os vulneráveis.

E ontem, nós tivemos aqui, de manhã, a Audiência Pública da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira que tratava da Lei de Diretrizes Orçamentárias. E quem esteve conosco ontem foi a Secretária Municipal de Assistência Social. A Secretária Teresa Bergher, com seu *staff*, estava aqui nos prestando conta e fazendo também a apresentação das suas metas, dos desafios, para o ano de 2017/2018, e também para a futura construção do PPA, que é o Plano Plurianual.

Nesse sentido, compreendo que o relatório apresentado ontem pela Secretária Teresa Bergher – eu, inclusive, usei a Tribuna para dizer isso – é um relatório que aponta para nós aquilo que o Prefeito deverá apresentar até o dia 29 de junho, que é o Plano Estratégico para a Cidade. Nós estamos num momento muito propício para fazer todas essas reivindicações.

Por exemplo: isso que nós estamos debatendo aqui tem que constar do Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro e ser colocado pelo Prefeito Marcelo Crivella, que deve apresentar à Câmara Municipal, impreterivelmente, até o dia 29 de junho. Essa Audiência fomenta esse Plano Estratégico para que seja contemplado na fala do Prefeito, e não só fala do chefe de gabinete, da responsável pelo SIMAS, e nem só da Secretária Teresa Bergher. Embora essas falas todas sejam complementares e importantes. Acho que a gente alimenta o Plano Estratégico a ser apresentado pelo Prefeito, para entender que o profissional do Serviço Social é um profissional que, legalmente, tem que ter o seu direito garantido de ter a sua questão vencimental igual aos profissionais que estão na área da saúde.

Então, acho que tem esse momento bom para a gente poder trabalhar.

Eu vou pedir ao Vereador Fernando William, eu vou abrir o microfone, para ele fazer a sua saudação também, porque ele subiu aqui, mas eu não tinha passado a palavra para ele ainda. Vereador Fernando William, por favor.

O SR. VEREADOR FERNANDO WILLIAM – Quero cumprimentar o Vereador Reimont, a Vereadora Veronica, o Luizinho que esteve aqui, os representantes da Secretaria e dos profissionais na área de assistência, todos vocês presentes.

Bom, eu fui Secretário de Assistência Social do Estado e ocupei o mesmo cargo durante um período curto no Município. Participei num determinado momento dessa discussão. Inclusive, depois que saí da Secretaria de Assistência, a minha disposição era não retornar mais à vida pública, tratar da minha atividade profissional, que era ser médico, mas até com certo empurrão, levando em conta o quadro social, político, econômico que o País vive que, de uma forma ou de outra, precisa de pessoas com certo grau de experiência. Eu me dispus a voltar a exercer atividade parlamentar, pelo menos durante quatro anos. Não tenho pretensão de continuar, portanto, tenho absoluta tranquilidade de dizer as coisas que penso, sem buscar votos.

Então, duas coisas são bem concretas e a gente tem que partir delas. Primeiro, é o direito. Quero dizer: o direito de vocês é insofismável. Se a lei determina que os profissionais de nível superior da Secretaria de Saúde devem todos receber o mesmo valor, o mesmo salário, as mesmas bases salariais ... vocês estão na Secretaria de Saúde, integram o quadro da Secretaria ... ainda, eu estava conversando aqui com o Charles e ele estava me dando algumas informações, vocês trabalham na saúde, mas o salário sai pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. Na Saúde, mas sai pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

Bom, de qualquer forma, é o seguinte: se está consolidada a participação de vocês na Saúde, se isso não é uma eventualidade, se isso não é uma cessão temporária, ou mesmo que fosse, durante o período em que estivessem cedidos à Saúde, essa Saúde paga profissional de nível superior num determinado valor, se a Lei determina que seja pago esta quantia, então, o correto seria que vocês estivessem integrados ao que determina a Lei.

E por ter sido vidraça, por ter sido Governo, durante algum tempo, quer dizer, a coisa que o governante – quando eu digo “governante”, não é o Secretário, necessariamente, Prefeito – mais se arrepiava quando ele tem que lidar com recursos que não são custeio, investimento que são recursos que não são fixos, não é?! Quando tem de tratar de recursos fixos, como é o caso do salário, por exemplo, todo governante tem uma enorme preocupação: um, por motivo de ordem legal, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal; e outro, que é, quer dizer, todo governante, de um modo geral – isso a gente pode lamentar, mas é uma realidade – trabalha muito na lógica do que paga, do que gasta, qual é o retorno que aquilo traz, qual é o retorno do ponto de vista da atividade de gestão, e do retorno em termos de, digamos, nesse mundo político, qual é o retorno político, qual é o retorno que isso traz.

Bom, a gente parte do princípio de que há justiça na reivindicação. Eu estava fazendo uns cálculos aqui com o Charles, isso geraria em torno de mais R\$ 25 milhões por ano. Temos que calcular o impacto que isso traz na folha de pagamento; quais são os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal; de que maneira a gente coloca isso. Para a gente ser bem realista. Para a gente chegar a Prefeitura e apresentar uma proposta, não adianta a gente chegar e apresentar o que mais idealizamos.

Vou dar um exemplo para vocês muito concreto que pode parecer... O Estado quebrou, faliu. E a gente sabe que isso aconteceu por vários motivos: uma roubalheira. Corrupção era uma regra. Tanto que o Governador hoje foi processado pela 10ª vez, bateu recordes dos recordes de processos. Roubou até mais do que ratou da barriga branca. O Governo deu incentivos fiscais a rodo – de forma irresponsável; fez uma gestão irresponsável, colocando toda a conta do Governo do Estado nos *royalties* do petróleo; os *royalties* saíram do valor US\$ 110 para US\$ 31 o barril de petróleo. E o Estado literalmente quebrou.

Mas tem outro fator: eu digo isso com uma tranquilidade, não estou aqui para agradar as pessoas, estou aqui para dizer a realidade.

Uma das coisas que ajudou o Estado a quebrar, foi que, nos dois últimos anos, na gestão do Sérgio Cabral, foram aprovados 75 planos de cargos e carreiras, o que aumentou brutalmente a folha de pagamento do Estado.

Então, a gente tem que ser muito realista na hora que discute o

direito, a necessidade, a razão; como e que se ajustam as possibilidades, a realidade, a concretude da gestão; se não, a gente cai no discurso fácil sobre o que não fazer. E eu deixo muito claro – tem sido a minha posição nesse mandato de Vereador – o que nós devemos fazer nesse momento, que é fazer cálculo, mobilizar o maior número possível de vereadores, junto com vocês, junto com os representantes da categoria, para que o Prefeito, com a sua equipe técnica, faça os cálculos e, então, tentemos, se possível, atender integralmente. Se não for possível atender integralmente, atender no limite daquilo que for real, que a lei permitir, para que não se avance em irresponsabilidades.

Então, essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Obrigado, Vereador Fernando William.

Daqui a pouco, depois que a Mesa terminar sua fala, nós vamos abrir a Tribuna para a fala das pessoas. Vamos abrir falas de três minutos, se fizermos um acordo com isso. Três minutos. Se alguém aí de cima quiser falar, eu posso também providenciar um microfone sem fio. É só sinalizar, caso queira falar.

Quem quiser falar aqui, eu peço que, naquela mesa, dê o seu nome, para a gente poder, daqui a pouco, chamar quem se inscreveu.

Eu quero aproveitar e fazer alguns registros, antes das outras falas aqui da Mesa. Eu quero cumprimentar e agradecer a presença da Jussara de Lima Ferreira, conselheira da Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS-RJ –; também a Camila Dias da Rocha Nunes, diretora do Centro de Referência de Assistência Social CRAS-Tijuca; Maria da Conceição, secretária geral da Saserj – Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro –; Margareth Alves, que está aqui na Mesa e vai falar daqui a pouco; Aida Viana, também diretora da Saserj; Gysele Marchiotti, 1ª conselheira do Conselho Fiscal da Saserj. Quero registrar a presença da Alzira Prata Faria, diretora do Sindicato das Assistentes Sociais da Prefeitura, também. Quero registrar a presença da Mônica Oliviar, membro da Diretoria do CRESS-RJ. Eu vou abrir a palavra para a nossa querida Margareth.

A SRA. MARGARETH ALVES DALLARUVERA – Boa tarde a todos e a todas.

Quero, em nome do Sindicato dos Assistentes Sociais, parabenizar o Vereador Reimont por essa Audiência Pública, por entender que esse é um momento crucial para a categoria dos assistentes sociais do Estado do Rio de Janeiro. Cumprimento o Vereador Reimont; a Vereadora Verônica Costa; o Vereador Luiz Carlos Ramos Filho; a nossa Presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais, Maria José Peixoto; o Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Senhor Robson Martins Teixeira; também a Senhora Cláudia, coordenadora do Sistema Municipal de Assistência Social – SIMAS – parabenizo ambos por estarem usando a nossa plaquinha, significando o pertencimento do compromisso de estarem nessa nossa luta; e nossos companheiros de luta da Comissão de Equiparação Salarial do Saserj, a companheira Aydee Valerio e o companheiro Charles, por meio dos quais cumprimento a todos os demais também da Comissão que estão aqui presentes; também cumprimento o Vereador Fernando William.

Dito isso, Vereador Reimont e todos os demais, também quero cumprimentar todos os assistentes sociais aqui presentes, porque entendemos que este momento muito especial para nós. É um momento que acreditamos que algo será materializado daqui, para que a nossa luta, desde 2008, consiga acontecer.

Trouxe aqui um documento, Vereador, e depois o Sindicato deixa nas mãos da Comissão. Assim como já falou o Charles e a Aydee, a nossa luta não começou hoje. O Senhor mesmo falou isso. A nossa luta é uma luta árdua. A luta dos assistentes sociais antecede, inclusive, a luta pelo SIMAS. Na verdade, a luta dos assistentes sociais, os antigos que estão aqui comigo e os aposentados, porque eu também já recebo o abono permanência... Nós sabemos que esta Casa sempre foi um espaço de luta e o Vereador Fernando William já acompanhou a luta dos assistentes sociais.

Quero dizer que, em 2001, quando conquistamos a Lei do SIMAS, a Lei nº 3.343/2001, que instituiu o SIMAS, ficou muito claro em seu art. 3º. Era um momento em que a categoria lutava

para sermos incluídas na Lei 952, para pertencermos ao quadro dos profissionais de saúde, naquele momento. Nós não conquistamos a nossa inclusão na Lei 952 e ficamos pertencendo à Lei 953. Em que momento, então, os assistentes sociais conseguiram ser reconhecidos pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro como profissionais da área da saúde, embora atuemos nos demais campos das políticas públicas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro? Foi com a Lei do SIMAS, no art. 3º. Ali ficou muito claro. Foi o momento em que os assistentes sociais da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro tiveram a sua tabela de vencimentos igualada a todos os profissionais de nível superior da saúde.

Nós vivemos assim, Senhores Vereadores, de 2001 até 2008. Tudo que estou falando está aqui documentado e eu vou deixar em suas mãos. Em 2008, veio, então, a Lei Ordinária do então Prefeito César Maia, a Lei nº 4.814/2008. Não sabemos de que forma foi, mas esta Lei exclui do seu Anexo II somente a categoria dos assistentes sociais. É nesse momento que os nossos vencimentos passam a não ter parâmetro algum. Ele perde aquilo que a Lei do SIMAS, a Lei 3.343/2001, nos garante.

Num primeiro momento – e quero deixar claro, inclusive para os gestores da assistência que estão aqui presentes –, não nos restou outra alternativa a não ser o sindicato entrar com um processo administrativo solicitando o reconhecimento dos assistentes sociais no Anexo II da tabela de vencimentos. Este primeiro processo é o 0005003218/2008. Este processo é o administrativo, que fala sobre a equiparação de vencimentos. Este, sim, que foi extraviado pela Codesp (Comissão de Programação e Controle da Despesa). Ele tem parecer favorável do Secretário de Administração. Tem alguns entendimentos desfavoráveis, mas o Secretário de Administração coloca-se favorável ao pleito dos assistentes sociais.

Tem outro processo administrativo, nº 08001899/2008, também de iniciativa do sindicato. Ele trata do piso remuneratório. Ele é de 2 de junho de 2008. Estranhamente – e não sabemos por que todo nosso processo de mobilização demora – só dia 10 de fevereiro, agora, em 2017, esse processo resolveu andar. Veja que ele é de 2008. Ele recebeu, agora, dia 10 de fevereiro, uma carga indo para a Coordenadoria Geral de Recursos Humanos.

O que nós queremos deixar claro aqui, em poucas palavras é que já conversamos com vários prefeitos: Cesar Maia, Eduardo Paes... Esperamos agora que o Prefeito Marcelo Crivella entenda – ninguém aqui está pedindo aumento salarial, nós estamos pedindo para corrigir uma injustiça que está sendo colocada a categoria dos assistentes sociais.

É essa injustiça, senhores vereadores, se dá em um momento que esta categoria, que tanto trabalha no âmbito das políticas públicas, vem, desde 2011, tentando corrigir. Injustiça tal que alguém diz no processo administrativo extraviado que nós não somos merecedores, porque nós recebemos o SIMAS.

Ninguém aqui está discutindo gratificação. Estamos discutindo vencimento. O pleito desta categoria, senhores vereadores, é justamente receber aquilo que o psicólogo, com todo o respeito à categoria, recebe para trabalhar no sistema matricial, que é o mesmo vencimento do pessoal da saúde. Qualquer profissional que esteja incluído na Lei nº 952, que venha a trabalhar no sistema matricial, ganha o vencimento e também ganha a gratificação do SIMAS. Então, nós não podemos ser tratados com nenhuma diferença.

O que nós queremos é sensibilizar os vereadores desta Casa. O sindicato, juntamente com a comissão e com os assistentes sociais da base, está batendo de porta em porta, com a carta aos vereadores, esclarecendo que não é um aumento, que nós queremos corrigir essa injustiça. E esse ato de ir de porta em porta gerou, inclusive, Audiência Pública – e que esta Audiência, nós temos a certeza que é aquilo que nós esperamos. Porque nós sabemos que não pode partir da Casa, porque vai dar vício de iniciativa. Mas nós temos a convicção de que esta Audiência Pública será a semente para que o Executivo envie a esta Casa uma Mensagem de incluir os assistentes sociais no Anexo II da Lei nº 4.814/2008.

Esse é o único pleito dos assistentes sociais da Cidade do Rio de Janeiro, porque nós sabemos que só vindo uma Mensagem do Executivo, a medida será aprovada aqui. A justiça será feita. E temos a certeza que a nossa justiça vai ser feita nesta Casa, por-

que nós estamos mobilizados. Então, queremos agradecer dizendo, agora, no final, porque não falei no início de propósito, o nosso “Fora, Temer!”, o nosso “Não ao golpe!”, “Não à reforma trabalhista!”, “Não à reforma previdenciária!”. Queremos a valorização dos assistentes sociais na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Antes de passar a palavra para a próxima oradora, o pessoal está se inscrevendo aí para falar, não está? Em cima também. Já tem um microfone aí? Quero sugerir – estão me ouvindo, o pessoal do Cerimonial? Não precisa trazer para mim não, escreve para depois me entregar, mas pode permanecer aí, as pessoas se apresentam daí mesmo. Quero também aproveitar esse calor da fala da Margareth e lembrar, também, o que nós tivemos hoje de notícia sobre a educação no Município do Rio de Janeiro. César Benjamin, Secretário de Educação do Município, reconhece a importância da refeição na vida dos alunos e busca solução, mas diz: “A educação do Rio não tem dinheiro para pagar a merenda no mês que vem”. Pelo amor de Deus, não é? Tem muitos outros cortes para serem feitos. Fica aqui a nossa veemente repulsa a essa política que, em vez de cortar da publicidade e das maquiagens da Prefeitura, corta da merenda das nossas crianças.

Com a palavra, a senhora Mônica Oliviar, representando o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS-RJ.

A SRA. MÔNICA OLIVAR – Boa tarde a todos e a todas.

Em nome do Conselho Regional de Serviço Social, digo que a gestão não tem tempo a perder. É uma gestão nova que tomou posse em 15 de maio e, em nome dela, quero saudar o Vereador Reimont e os presentes da Mesa pela iniciativa da Audiência de hoje. Eu estava falando com a Margareth – nós trabalhamos no Hospital Municipal Souza Aguiar, trabalhei por sete anos na emergência – que a categoria dos assistentes sociais da Prefeitura do Rio é guerreira. Eu tenho orgulho de falar isso, porque eu trabalhei e sei como é duro trabalhar na Prefeitura do Rio, em condições e relações de trabalho adversas. É uma categoria que vem sofrendo assédio moral em distintos espaços de trabalho – não podemos ignorar isso.

Conforme eu conversei com a Margareth, quando nós trabalhamos lá, tínhamos 70 assistentes sociais e, hoje, são apenas nove. Nove assistentes sociais trabalhando na maior emergência da América Latina. Imagine a sobrecarga de trabalho. Os trabalhadores estão adoecendo, alguns já se aposentaram por invalidez, sem nenhum suporte relacionado à saúde do trabalhador. Quando eu falo em suporte a saúde do trabalhador, não estou questionando o trabalho dos assistentes sociais que estão na periferia ou coisa assim, estou questionando a gestão da Prefeitura do Rio, que não dá o suporte à saúde dos trabalhadores que estão vivenciando todo o tipo de condições de trabalho adversas. Quero, também, saudar a todos e ao sindicato.

O dia 24 de maio colocou em xeque a classe trabalhadora, a luta de classes e a importância da unidade de ação entre as centrais sindicais, frentes, fóruns e entidades de categoria – Saserj; CRESS-RJ; Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – Enesso; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – e a importância da unidade em defesa da categoria. Temos que deixar isso claro.

Em nome da gestão, não temos tempo a perder e estamos nos colocando em apoio e, juntos, estamos nessa luta. Esperamos que daqui saia uma estratégia importante e que a gestão esteja junto com o Saserj e a categoria.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Muito obrigado, Mônica.

Passo a palavra para a Presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro, nossa querida Maria José dos Santos Peixoto.

A SRA. MARIA JOSÉ DOS SANTOS PEIXOTO – Primeiro, eu quero cumprimentar o nosso grande Vereador Reimont, que foi o primeiro vereador a nos receber; recebeu o Sindicato e a Comissão, e fez, inclusive, uma proposta conosco de criar essa Comissão. O Vereador Reimont é comprometido com as políti-

cas públicas e com os trabalhadores. Então, Vereador Reimont, nosso agradecimento, em nome de todos os assistentes sociais do Estado do Rio de Janeiro, em especial os da Capital, porque estamos todos aqui. Obrigada por estarem aqui.

Quero cumprimentar o Vereador Fernando William, que também nos recebeu gentilmente, conversou muito conosco; a Mônica, representante do CRESS-RJ; e a Margareth, que estava ontem e estará amanhã dando continuidade ao Seminário Nacional do Fórum Nacional dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – FNTSUAS. Por causa desta Audiência Pública, ela viajou à noite para estar aqui, hoje, e viajará à noite para estar em Fortaleza amanhã, às oito da manhã. Margareth, o Sindicato dos Assistentes Sociais e toda a categoria agradecem pelo esforço que você fez e está fazendo em nossa defesa. Queria agradecer a presença do representante da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos; da Aydee, nossa colega. A Aydee e o Charles, nossos grandes companheiros de labuta, que subiram e desceram os andares, pelos gabinetes, assim como tantos outros aqui presentes.

Primeiro, queria fazer um registro daquilo que não aguentamos mais, que é os trabalhadores pagarem a conta pela péssima administração pública. Todo mundo sabe por que o Estado do Rio de Janeiro faliu. Surrupiam o Estado do Rio de Janeiro ao ponto que, se fossem pegar todos eles, não tinha “Bangu 8” para receber todos. Não podemos pagar a conta. Não, companheiros, absolutamente.

Em relação à Capital, sabemos que é uma nova gestão, mas quando me proponho a gerenciar uma autarquia ou uma instituição pública, eu tenho propostas. Então, se você recebe dívidas, como vai receber benefícios? Não estou aqui questionando se a Prefeitura tem ou não tem dinheiro, eu só quero registrar aqui que os assistentes sociais do Rio de Janeiro não vão pagar a conta.

O Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro está na luta conosco, e é uma grande categoria. São esses profissionais que atendem a demanda daqueles mais oprimidos no Município, Estado e País. Não estamos pedindo aumento salarial, não; que fique registrado nessa Audiência. Como a Margareth, o Charles e a Aydee falaram, não estamos pedindo aumento salarial. Estamos pedindo para que se cumpra a lei. A lei existe e, enquanto não for para o lixo, vamos lutar, companheiros, porque é ganho. O Governo concede na negociação ou a Justiça vai conceder e, aí, o valor será muito maior, porque tem juros de mora.

O Sindicato dos Assistentes Sociais não vai arredar um milímetro dessa luta. Vamos buscar os nossos direitos. Da mesma forma com que trabalhamos, estamos nos aposentando, como a Aydee colocou aqui; e outros continuam na labuta. Mas essa equiparação de vencimentos é para contemplar quem se aposentou e quem está na atividade, de 2008 para cá. Não vamos deixar que saia pelas mãos como água. Não estamos brincando, estamos pedindo o apoio aos vereadores desta Casa para que a Prefeitura do Rio de Janeiro faça cumprir a lei. E nós vamos buscar os nossos direitos, doa em quem doer.

Nós vamos ganhar na negociação, que é a nossa proposta. Quando a gente procurou o Vereador Reimont, o Vereador Fernando William, o Vereador Luiz Carlos e tantos outros, a gente tentou mostrar, a todo o momento, que não é aumento, absolutamente. É apenas receber aquilo que a Prefeitura já deve!

A categoria não pode sair perdendo porque o gestor diz que o Governo não tem dinheiro. Que não tenha dinheiro, não sei se tem ou não; não teve uma CPI ainda para saber se tem ou se não tem; para onde foi o dinheiro dessa Prefeitura, não é isso?

Tem uma CPI que vai ser instalada, a qualquer hora, sobre o Previ-Rio. Vão fazer com a gente o que fizeram no Estado: aumentar o valor da alíquota da Previdência Social do Previ-Rio? A gente só vai sair perdendo e a gente não tem o direito de receber? Só dar e nada de receber? Não e não!

Essa vitória da equiparação de vencimentos é nossa!

Eu quero ler o documento que o sindicato protocolou para os gabinetes dos vereadores, para ficar registrado, sabe? Para um não dizer “eu recebi” e outro “não recebi”, porque tem vereador que recebe, tem vereador que não pode receber... Não é? Mas a gente entrega assim mesmo.

“Aos Senhores Vereadores, o Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro.

Nós, Assistentes Sociais da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, profissionais de Nível Superior, Servidores Públicos Efetivos, inseridos no Sistema Municipal de Assistência Social - SIMAS, tendo como uma das atribuições a garantia de acesso aos direitos sociais da população em situação de vulnerabilidade e risco social, vimos solicitar o apoio e empenho de Vossa Excelência no pleito que segue:

O art. 3º da Lei nº 3.343/2001 – que Institui o Sistema Municipal de Assistência Social e dá outras providências – Lei do SIMAS, dispõe que ‘fica incluída entre as categorias funcionais da Área da Saúde, definida por lei própria, a categoria funcional de Assistente Social.’

A legislação foi cumprida até 2008, quando foi enviado à Câmara de Vereadores a Lei Municipal nº 4.814/2008 – que dispõe sobre as categorias funcionais da área da Saúde, que menciona e dá outras providências – que EXCLUIU somente os Assistentes Sociais de sua formulação e do Anexo II.

Diante do exposto, o Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – SASERJ, no mesmo ano, ingressou com processo administrativo Nº 05-001.899/2008 para reparação do equívoco e garantir a continuidade do direito adquirido para a categoria dos Assistentes Sociais da Cidade do Rio de Janeiro.

Após parecer favorável da Secretaria Municipal de Administração, misteriosamente, em 2010, o aludido processo administrativo foi extraviado, tendo última tramitação do mesmo para a Comissão de Programação e Controle da Despesa – Codesp.”

Aí apresentamos uma tabela.

“As tabelas abaixo evidenciam a discrepância de vencimentos entre os Assistentes Sociais e as demais categorias funcionais de nível superior da área da Saúde.”

É por essa questão, Vereadores Fernando William e Reimont, que nós estamos aqui, daqui não vamos sair e voltaremos depois quantas vezes for necessário.

Para terminar, eu quero mais uma vez agradecer o empenho do Vereador Reimont, que tem sido incansável com as nossas reivindicações, ou melhor: uma reivindicação só: equiparação de vencimentos.

Muitos vereadores já disseram para nós que concordam conosco e que, se precisar votar, votarão conosco. Eu acredito que nenhum vereador vai ser contra um direito chamado “direito líquido e certo”, em que não há dúvida: a equiparação de vencimentos é um direito líquido e certo, não é Laura? Laura é nossa Diretora e, também, advogada.

Então, sabemos que se há um direito líquido e certo, ganharemos na negociação ou na Justiça. Porque vamos fazer cumprir isso, todos nós aqui. Nós não vamos trabalhar de graça, perdendo dinheiro todo dia, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012... Para com isso! Nós não fazemos filantropia. Nós precisamos do nosso salário para a nossa sobrevivência. Portanto, Vereador Reimont, mais uma vez, fica o nosso agradecimento. Agradecemos, também, aqui, a presença da gestão do gabinete da Secretária Teresa Bergher.

Queria te pedir uma coisa, meu companheiro: é para negociar com a Teresa Bergher, para que ela negocie com o Crivella, sei lá com quem... O que não pode ser negociado é o não-pagamento da equiparação vencimental, companheiros!

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Esta é a Casa do povo do Rio de Janeiro. Não é, Vereador Fernando William? Não é Casa dos vereadores, até porque a casa do Vereador é a casa dele, não é? Aqui é a Casa de todos nós, dos vereadores e de todo povo da Cidade. Então, é muito boa a manifestação de vocês, a força da Presidente do Sindicato. De um Presidente de sindicato ninguém espera outra coisa senão que inflame a categoria para lutar pelos seus direitos, é isso mesmo.

Mas, ao mesmo tempo, acredito que nós estamos em um momento muito propício. A categoria está animada, confiante, trabalhando, batendo à porta dos vereadores, está sensibilizando, reuniu-se com a Secretária. Por um lado, o papel da categoria está feito. O outro é o papel do Executivo. O Executivo não se furtou de mandar, aqui, para essa Audiência Pública, o Chefe de Gabinete da Secretaria e também a responsável pelo SIMAS. Então, há uma disposição colocada nessa Mesa.

O terceiro ponto de equilíbrio dessa luta é a Câmara Municipal, que é a Casa do Povo do Rio de Janeiro. Os trabalhadores e trabalhadoras do serviço social, por meio do seu sindicato, têm

ido aos vereadores para sensibilizá-los a entrar nessa luta. Assim que a Mensagem da Prefeitura se colocar para mudar, lá no Anexo II, aquilo que diz na Lei, sobre a equiparação dos assistentes sociais com os profissionais de nível superior da saúde, os vereadores estarão dispostos a fazê-lo.

Então, acho que estamos em um momento bom de debate, de discussão e em um momento político importante. Vamos aproveitá-lo da melhor maneira possível. Nós temos, aqui, algumas pessoas inscritas. Aqui em baixo tem gente inscrita? Tem? Então, eu quero convidar para ir à Tribuna a Senhora Patrícia Murine.

Aí em cima tem gente inscrita? Tem? Então, já se apresenta a primeira pessoa a falar. Diz seu nome, por favor.

Lá em cima primeiro, está bem, Patrícia? Você pode ficar aí.

A SRA. DÉBORA GOMES LOPES – Eu sou Débora Gomes Lopes, assistente social. Tomei posse em 2004. Quero colocar uma reflexão aqui. Hoje, atuo como assistente social no Centro Pop José Saramago, com a população que vive em situação de rua. No período da Olimpíada, eu fiquei no Rio de Janeiro todo. Eu deixo uma pergunta para vocês: nós somos profissionais que lutamos o tempo todo, todos os dias para garantir o direito do cidadão, aquele que está à margem da sociedade. E nós que estamos aqui? E os nossos direitos? Onde ficam? Numa gaveta?

Eu acho que é preciso refletir que aqueles profissionais, nós, que estamos lá fora lutando pelos usuários, pela população, pelo melhor de cada cidadão, também temos que ser valorizados. Valorizados e reconhecidos como profissionais, porque nós fazemos nosso trabalho por amor. Não fazemos por lazer, não! E por amor.

Mostramos para cada um, aquele que está lá na rua – quantas vezes sentei na rua com eles, tomei café e mostrei para eles que existe uma luz no fim do túnel? Então, a categoria tem que se manter unida.

Agora, vocês têm que fazer uma reflexão: “aquele assistente social está lá fora lutando pela Cidade do Rio de Janeiro. E o que nós estamos fazendo aqui por eles?” Eu quero deixar essa reflexão para vocês que estão aí, só dependendo para votar. O que vamos esperar? Até quando isso vai acontecer? Será que todos os assistentes sociais vão ter que se aposentar e arquivar novamente o processo? Que os futuros colegas, que estão se formando, não vejam isso, não é? É muito triste para nós, que sempre garantimos o direito de cada cidadão, vemos nossos direitos caindo pelo ralo.

Eu quero deixar bem claro aqui: garantir direito do cidadão, seja o que está à margem da sociedade, seja aquele que cumpre seu dever, que paga seus impostos. Só queremos nossa equiparação salarial! Direito nosso!

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Muito obrigado.

Com a palavra, Patrícia Murine.

Depois o microfone já se aproxima de outra inscrição aí em cima para ganharmos tempo.

A SRA. PATRÍCIA MURINE – Boa tarde a todos. É um grande prazer estar aqui. Parabenizo as colegas, Aydee, Zezé, Margareth, aos parlamentares presentes, aos demais companheiros dessa luta, a todos os colegas. O que eu tinha pleiteado, num primeiro momento, quando me inscrevi, já me sinto contemplada nas falas da Margareth e da companheira Zezé. Eu queria apenas registrar e pleitear junto à categoria que venhamos nas nossas próximas discussões, marcando com essa categoria, ao longo de nove anos que espera por uma equiparação, e tem uma demanda de trabalho que, em momento algum, é calculada diante do que ganhamos ou do tempo que esperamos para receber.

Essa demanda está sempre na ordem do dia e isso, em momento algum, é pensado, porque a todo instante, enquanto outros profissionais em alguns momentos trabalham menos do que a gente e ganham mais do que a gente, nós estamos sempre sendo cobrados. O trabalho sempre chega para a gente, e isso a gente não pode deixar de argumentar. Uma categoria que trabalha mais não pode ganhar menos do que uma categoria que trabalha menos. Não é porque somos assistentes sociais, não porque a trajetória da profissão, não é porque a gente já foi boazinha no passado, o que é justo tem que ser justo.

E mais uma vez: fora, Temer!

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Muito obrigado, Patrícia.

Em cima, peço a todos que se identifiquem, por favor.

A SRA. TALITA AGUIAR – Sou Talita Aguiar, servidora desde 2004. Saúdo a categoria, saúdo os profissionais desta Casa, os senhores vereadores. Tenho a declarar que a nossa profissão tem um componente técnico e político. Há que se pensar, nesta Casa, que a história, a trajetória dessa profissão, está ligada intrinsecamente, organicamente, ao campo dos direitos. E que, hoje, na história dessa Prefeitura e da gestão municipal, temos visto um cenário de desmonte.

Penso que temos sim que exigir – o pleito é justo –, mas que, nesta Casa, tenha-se clareza e consciência de que nós queremos o reconhecimento do nosso lugar, a partir da equiparação salarial. Mas, acima de tudo, acreditamos num trabalho social que respeite a dignidade do nosso lugar, respeite a identidade dessa profissão. E que faça valer direitos; até proponho que atrelado, Margareth, ao documento que será apresentado a esta Casa. Que se traga uma enquete do nível de adoecimento dessa categoria junto a seus pares. Hoje, nos espaços cada vez marcados pelo desmonte, pela violência, pelas questões de gênero, pelas questões sociais que perpassam a sociedade como um todo.

Fica aqui um desafio: vamos pensar; queremos reconhecimento pelo salário, mas queremos lugar social, queremos dignidade para o usuário dessa política. Que o Senhor Excelentíssimo Prefeito saiba que temos um compromisso com esse lugar que nos é destinado, mas que, para isso, queremos fazer valer os nossos direitos. E que toda forma de violação contra os nossos direitos, desde assédio moral, desde transferência, iniquidade no campo do trabalho, vamos gritar e vamos falar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Talita, não só pela sua fala, mas por todas as falas e, de modo particular, pela sua fala também, queria dizer que nós estamos orgulhosos de receber aqui na Casa os assistentes sociais.

Com a palavra, Marco Cruzeiro, que dispõe de três minutos.

O SR. MARCO CRUZEIRO – Muito obrigado, Vereador Reimont.

Queria agradecer e parafrasear o Senhor: a Casa é do povo, a Casa é nossa. A gente vive um momento histórico muito ruim, mas a gente vive esse momento histórico há muito tempo. Infelizmente, são nossos representantes. A maioria – o Senhor é uma grata exceção – pensa que está no Congresso, nas câmaras de vereadores, nas assembleias legislativas para se autorrepresentar. É um estado patrimonialista desde a sua fundação.

Desculpe-me, mas o desmonte do Estado, que está sendo feito, não é culpa de aumento de servidor. A culpa disso se deve, claramente, a essa relação espúria entre parte da burguesia mais fedida desse País com um grupo enorme de deputados estaduais, vereadores e de senadores e deputados federais.

Não é à toa que o Itaú ganha R\$ 27 bilhões de anistia. Não é à toa que a SuperVia tem a sua conta de luz paga pelo Governo do Estado, pelo Senhor Pezão, que devia estar na cadeia junto com o Senhor Cabral! Não é à toa que nós estamos vivendo um momento em que se gasta muito dinheiro em propaganda, inclusive, botando um velhinho para dizer que é a favor da reforma da Previdência – coitado!

Se é um ator, não sabe o que está fazendo para o futuro da família dele. Se é só uma pessoa que já foi enganada pelo discurso oficial da Rede Globo, de que nós temos déficit na Previdência, quando, na verdade, já está mais do que provado que nós temos superávit! Nós temos R\$ 68 bilhões, tirados da Saúde, da Assistência e da Previdência, nesse País, para pagar juros da dívida interna e externa. Nós temos R\$ 68 bilhões que vão para essas negociatas sujas!

E, aí, desculpem-me: nenhum direito a menos! Nenhum direito a menos! Nós temos que avançar muito nas políticas sociais. A nossa política de Saúde é linda no papel. Nossa política de Assistência, também, é linda no papel. Nosso esforço, no dia a dia – hercúleo – para dar conta daquilo que precisava de muito mais gente para dar!

Desculpa, porque eu não falo da classe política como um todo, mas eu falo de boa parte dela, de uma grande parte dessa classe política. É bom entender que não adianta cercar a Assembleia Legislativa com grade e com Polícia, porque a Casa é do Povo, a Casa não é deles! Não adianta se esconder atrás da Polícia. Nós vamos continuar nas ruas lutando pelos nossos direitos.

E aquele que luta por direitos não pode deixar de lutar pelo seu próprio direito! Aquele que está o tempo todo “dando nó em pingo de éter” para fazer aquele sujeito que está na pior situação dar a volta por cima, tem também o direito de ter o seu salário devido pago: integralmente! Porque, na verdade, Vereador Reimont, nós estamos sendo “roubados” desde o final do Governo Cesar Maia.

Não existe equiparação de vencimentos, não! Existe um resgate histórico que tem que ser feito, que é o pagamento do salário devido, que tem sido “roubado”, “roubado”!

Nós, em momento nenhum apagamos a Lei do SIMAS. Claudinha, adoro você! Apagamos a Lei do SIMAS em algum momento?

Então, nós somos equiparados aos profissionais de saúde, pela Lei do SIMAS, que nunca foi revogada.

Não é a ausência do nome dos assistentes sociais na equiparação que nos retira o direito...

Desculpa, eu vou concluir, perdão. Eu já vi as luzes acesas. Eu sei que eu extrapolei no tempo. Mas é que a revolta é grande e a gente está há muito tempo sem voz. Muito obrigado por nos dar voz.

Então, Vereador Reimont, o que nós estamos querendo é o reconhecimento dessa dívida histórica que existe da Prefeitura com os assistentes sociais, porque alguém decidiu, porque o nomezinho não estava lá no decreto da saúde, que isso equivaleria a que nós não teríamos mais como vencimentos-base a Saúde. Em nenhum lugar isso está escrito. É salário nosso por direito. Um direito que tem sido usurpado ao longo de todos esses anos.

Eu queria cumprimentar você, Zezé, lutadora incansável, que eu admiro demais; Aydee, minha colega, colega de universidade, batalhamos juntos há muito tempo; a Margareth, Mônica, também colega de universidade; tantos outros colegas aqui presentes.

Nós não somos os responsáveis pela suposta falência do Estado. E nós, trabalhadores e assistentes sociais, também somos trabalhadores, nós não vamos pagar nada pela corrupção e pela drenagem de dinheiro desse País, feita diuturnamente por essa categoria política, junto com essa parte podre do empresariado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Obrigado, Marco.

Nós vamos lá para a galeria, agora.

Peço que você se identifique.

A SRA. VERÔNICA – Meu nome é Verônica. Eu sou assistente social da Secretaria de Infraestrutura, Urbanismo e Habitação.

Eu queria agradecer a presença de todos. Acho importante esse momento de reflexão sobre a nossa luta pelos nossos direitos. Quero agradecer aos vereadores presentes, a todos da Mesa.

Mas eu tenho uma pergunta objetiva, aproveitando o momento. A gente sempre teve muitas audiências públicas, mas nunca tivemos a presença dos gestores participando da Mesa. Eu acho isso um avanço. E eu acho que a gente tem que aproveitar esse momento onde tem a representante do SIMAS aqui, um representante do gabinete da Secretaria de Assistência, para perguntar... eles já falaram na fala deles que entendem a legitimidade do nosso direito, da nossa pauta, da nossa luta, mas quero aproveitar esse momento para perguntar para eles: o que, de fato, na prática... quais seriam essas providências e quais as ações práticas que eles poderiam tomar em prol do nosso direito?

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Muito obrigado, Verônica.

A gente, ao final, ou a qualquer momento em que vocês queiram fazer colocações, vocês dois sinalizem, viu?

Aqui embaixo, agora, eu vou chamar a Alzira Prata. Ai em cima, se tiver mais alguém...

A SRA. ALZIRA PRATA – Boa tarde. Boa tarde às minhas

colegas e aos meus colegas de profissão.

Meu nome é Alzira Prata. Eu sou diretora do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro. Estou como diretora de Comunicação e Divulgação.

Eu só tenho um informe a passar a vocês. Nós providenciamos a declaração de comparecimento. Quem precisar dessa declaração de comparecimento à Audiência Pública é só pegar comigo aqui na frente no final.

Obrigada e boa tarde para vocês.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Obrigada, Alzira.

Tem mais alguém querendo falar na galeria?

Bom, enquanto não tem, eu vou chamar aqui de baixo a Maria da Conceição Luz Ferreira.

O microfone aí em cima também está aberto e, quem quiser falar, sinaliza aí para o nosso Cerimonial.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO LUZ FERREIRA – Boa tarde a todos.

Saudando o Vereador Reimont, eu saúdo a todos os vereadores desta Casa – aqueles vereadores que a gente ainda respeita, porque têm um mandato para nos representar. Quero saudar a Zezé, nossa incansável presidente do sindicato, reconhecida por todos; Margareth, nossa diretora; Aydee, companheira da Comissão de Trabalhadores; o Charles aqui presente também; e Cláudia e Robson, representando a gestão, de quem a gente espera ter mais do que o apoio verbal aqui, mas o apoio concreto na busca de solução para as nossas reivindicações.

O que me traz aqui é fazer uma reflexão em cima do que nos foi falado pelo Vereador Fernando William, acerca da nossa reivindicação.

Hoje, nós, assistentes sociais, temos o vencimento equiparado aos profissionais de nível técnico. Isso por si só já caracteriza a enorme distorção com relação aos nossos vencimentos. Não podemos assumir para nós um ônus de uma crise que não criamos, que não respeitamos. Não aceitaremos que nos coloquem nessa posição de causadores da crise ou que a nossa reivindicação tenha qualquer inconveniente por conta desta mesma crise.

Quero registrar que o que a Prefeitura tem em relação à nossa categoria é uma dívida decorrente de um trabalho que nós já efetivamente prestamos. Não queremos que a Prefeitura nos deva nada, porque não devemos nada a ela. Porque trabalhamos diuturnamente e assumimos a nossa condição de trabalhador e servidor público desta Prefeitura.

Como servidora municipal, já no fim de carreira também, digo que nunca fui servidora do Estado, que hoje está quebrado, mas nunca tivemos, no período em que estávamos no Estado, nenhum tipo de não reajuste salarial pelo menos. Essa crise começou quando alguns governos começaram a se suceder. E hoje se vê o Estado do jeito que está e nós não permitiremos que o Município siga o mesmo caminho. Por isso, temos nos mantido vigilantes.

Temos participado das Audiências Públicas, porque queremos virar do avesso esse Previ-Rio. Todos os meses, nós, servidores, deixamos parte significativa do nosso salário no Previ-Rio. Eu posso atestar isso, porque sou servidora do Município. Eu deixo lá uma parte significativa do meu trabalho para que, quando eu tiver o tempo de serviço, eu possa me aposentar com decência. E disso nós não podemos abrir mão. O que tem lá é nosso. O Previ-Rio foi construído com o nosso suor e com o nosso trabalho.

Não podemos permitir que o recurso que lá foi depositado seja desviado sob qualquer pretexto. Temos que estar vigilantes em torno disso, ou sabemos que vamos ser enganados. Para os colegas, como diretora do Sindicato, eu deixo essa reflexão: hoje, estamos aqui numa parcela significativa, mas precisamos de mais gente quando forem votar essa mudança na Lei nº 4.814/2008 – que a gente vai conseguir, Zezé. Estamos falando na mesma sintonia e vamos conseguir revogar esse art. 3º da Lei nº 4.814/2008, porque ele é um direito nosso.

E estamos indo aos gabinetes e mostrando aos vereadores isso. Até agora, nenhum deles foi capaz de dizer: “Olha, tem alguma dúvida aqui?”. Não. Reconhecem como direito líquido e certo, e a gente não pode abandonar essa luta. A gente não pode estar lá nos nossos equipamentos, nas nossas unidades, atendendo às pessoas e sendo mensalmente usurpados em parte do nosso salário, como o Marco falou aqui. Todo mês, a gente está dei-

xando uma parte significativa do nosso salário para o Município, e isso não é justo, isso a gente não pode aceitar.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Muito obrigado, Conceição.

Nós temos aqui, pelo que me foi trazido, uma última inscrição. A Glauce Magalhães está com a palavra, por três minutos, e depois voltamos para a Mesa, para os encaminhamentos e para as respostas que se fizerem necessárias.

A SRA. GLAUCE MAGALHAES – Boa tarde a todos da Mesa. Permitam-me sair um pouco do protocolo. Eu gostaria muito de me dirigir às minhas colegas e aos meus colegas de profissão, porque acho que a gente precisa mostrar que essa luta a gente faz todos os dias.

Às vezes, ao acordar de manhã, a gente deixa de dar o café da manhã do nosso filho; às vezes, a gente deixa de dar aquele cuidado para a nossa mãe, para o nosso pai; às vezes, a gente deixa o nosso companheiro ou companheira adoecidos, esperando nossa atenção. Muitas vezes, deixamos de cuidar de nós mesmos, porque somos muito comprometidos, porque eu tenho certeza que cada uma de nós aqui já comprou, pelo menos, um quilo de café para o seu local de trabalho.

Eu tenho certeza que cada uma de nós aqui já tirou dinheiro do seu bolso para fazer uma visita domiciliar. Eu tenho certeza que cada uma de nós aqui já fez das tripas coração para garantir um direito a que somos comprometidas.

Então, eu quero falar para vocês que, hoje, para mim, é um momento de muita emoção, porque a gente consegue ser ouvida, a gente não está no grupo do WhatsApp, mandando vídeo e criticando e falando. A gente consegue olhar um no olho do outro e se ouvir e falar: “Estamos todas juntas aqui”. E estamos todas juntas. Injustamente colocadas num patamar que não é o nosso. A gente quer garantir o nosso direito. E eu lembro que, na campanha eleitoral, o Prefeito disse que o grande mote da campanha dele era: “Nós queremos cuidar das pessoas!” Ótimo! Eu concordo com isso. Nós, aqui, já cuidamos de muitas pessoas.

Se o Prefeito quiser continuar cuidando das pessoas, ele tem que cuidar da gente. E não vai ser quebrando. Eu estou aqui, comentei com umas pessoas lá fora, estou morrendo de dor na coluna; estou de licença médica, mas fui trabalhar hoje de manhã. Estou aqui hoje de tarde porque eu não podia abrir mão deste espaço. Quantas de nós já fomos trabalhar adoecidas? E quantas estamos adoecidas há muito tempo?

Eu quero dizer que nós não estamos sozinhas. Temos muita gente, estamos muito juntas e queremos fazer valer o direito que é nosso. Se nós quebrarmos – e não fomos nós que quebramos – toda essa injustiça que está sendo posta, não apenas na questão do vencimento, mas socialmente falando, para a população como um todo. Todas as dores da população chegam às nossas salas de atendimento. Todo tipo de dor – desemprego, saúde, desigualdade e injustiça – chega a nossa mesa. Se a Prefeitura não quer quebrar, não deixe que a gente quebre. Nós não queremos quebrar, ninguém optou por sofrimento, não. Pelo contrário.

Eu queria fazer uma homenagem aos colegas que já quebraram: Moisés, Guaraci, Teresa, Marcio Brotto. Infelizmente, eles quebraram lutando pela mesma justiça que lutamos todos os dias. Eles não puderam ganhar essa luta, mas a gente vai lutar também por eles.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Muito obrigado, Glauce.

Às vezes, nós temos que tomar um fôlego, uma água, porque o trabalho de vocês vai àquele lugar mais profundo para resgatar a vida das pessoas. Acho que o Prefeito Marcelo Crivella tem ouvido tanto essas questões de “cuidar das pessoas” e é exatamente isso: “cuidar das pessoas” não pode existir se não cuidar de quem cuida das pessoas; a fala da Glauce está corretíssima.

Em respeito a vocês e a tantas profissionais – e aí eu me dirijo às mulheres que são maioria, pedindo desculpa aos homens – eu queria falar sobre algo que aconteceu essa semana e nos trouxe muita repulsa, aqui nesta Casa. Essa semana, em São Paulo, nós acompanhamos o chamado “combate às drogas”. Na verdade, quem foi combatido foram os pobres que viviam na Cracolândia. Tem um punhado de termos, não é? Fala-se em “cracudo”, mas não se fala “cervejudo”, “cachaçudo” ou “fumudo”. Fala-se em Cracolândia apenas nos termos pejorativos.

Naquele suposto combate às drogas, que, no fundo, é a tentativa de beneficiar a especulação imobiliária em São Paulo e dar uma resposta à burguesia paulistana, o Prefeito de São Paulo, Senhor João Doria, teve a desfaçatez de autorizar a derrubada de uma casa com pessoas em situação de rua dentro dela. Nesse dia, nessa semana, tivemos aqui na Casa, para desgosto de um grupo significativo de vereadores – dentre eles os dois vereadores que estão aqui na Mesa – a proposição e aprovação de uma medalha para o Prefeito Doria. Nós tivemos um embate muito grande aqui, ficamos quase uma tarde inteira debatendo sobre isso; sobre o absurdo que é o Parlamento Carioca homenageá-lo, exatamente na semana em que aconteceu esse desrespeito à dignidade humana, em São Paulo. E olhem, para agravar mais a situação, a medalha concedida ao Prefeito João Doria é aquela que leva o nome de um ser humano dos mais disponíveis à vida humana que a humanidade já viu: Francisco de Assis. Ele receberá a Medalha São Francisco de Assis - 3º Milênio, para nossa repulsa e vergonha. Queria fazer esse registro em respeito ao trabalho de muitas de vocês com homens e mulheres em situação de rua, na Cidade do Rio de Janeiro.

Quero passar a palavra para a Mesa, e vou abrir o microfone para o Vereador Fernando William, nosso companheiro. Agradeço muito a parceria dele, não só aqui nesse momento, mas no todo da Casa, quando discutimos as questões importantes para a Cidade.

O SR. VEREADOR FERNANDO WILLIAM – Primeiro, uma coisa que queria dizer é o seguinte: trabalhei durante seis anos na área de assistência e uma das coisas que constatamos é que se trata de uma categoria altamente esclarecida, politizada, sensível aos problemas sociais e que lida diretamente com os problemas sociais do dia a dia, como foi dito, de forma emocionada, pela última oradora. Traduz, certamente, o que é a conduta da grande maioria desses profissionais no dia a dia, por isso a emoção, a identidade de todos com o que ela falou.

Queria registrar também o seguinte: o companheiro que fez uso da palavra aqui disse uma série de verdades com as quais concordo integralmente. Na verdade, ao longo da história deste País e, muito especialmente, da história mais recente, os trabalhadores sempre pagaram o preço da má gestão do Estado, da visão patrimonialista, da visão equivocada de lidar com a coisa pública, com a falta de planejamento estratégico, com a falta de patriotismo, com a percepção de que temos um País fantástico, mas não conseguimos traduzir as potencialidades desse País naquilo que poderia ser efetivamente.

Acho que estamos vivendo o ápice dessas múltiplas frustrações. Diria até mais, essas frustrações são ainda maiores porque tivemos o poder nas mãos. Quando digo nós, não é só o Partido dos Trabalhadores, mas porque fizemos parte da frente que governou com o Partido dos Trabalhadores durante pelo menos 12 anos no poder. Cometemos vários erros, pelos quais devemos ter a humildade de fazer autocrítica. Aliás, coisa que temos uma dificuldade enorme em fazer.

Grande parte das coisas que estão aí e as dificuldades que temos em sair do gueto que nos encontramos... Já que politizamos um pouco a discussão, estamos diante de um Presidente da República que tem 5% de aprovação, que é chefe de uma quadrilha, literalmente; tem oito ministros indiciados no Supremo, um deles, aqui do Rio de Janeiro, Moreira Franco, que foi alçado à condição de Ministro para se livrar do foro comum e obter o foro privilegiado.

Aliás, ontem, o Supremo redefinia quem deveria ter ou não foro privilegiado e quatro ministros haviam votado que foro privilegiado seria para um número mínimo de pessoas no Brasil. Aquele Ministro indicado recentemente pelo Presidente da República, Alexandre de Moraes, tem um currículo como advogado do PCC – Primeiro Comando da Capital. O currículo dele é ridículo para ser membro do Supremo Tribunal Federal. Lá chegou, literalmente, para ser mais um integrante da Corte Suprema a fazer o que interessa ao Governo. E o que fez: pediu vistas ao processo, vai engavetar aquilo por um longo tempo e, pelo menos, se depender do Supremo, nós não vamos ter um enxugamento do foro privilegiado.

Digo isso porque participei de todos os últimos atos que foram realizados para o “Fora, Temer” e, lamentavelmente, o maior deles foi aquele logo após a denúncia do jornal O Globo. A ati-

tude do Presidente revela bem a sua conduta, o seu comportamento. Quando foi pego numa gravação, nos porões do Palácio do Jaburu, com um grande empresário – que se beneficiou, inclusive, de recursos públicos, do BNDES para chegar aonde chegou – a conversa claramente indicava que esse empresário deveria manter o subsídio do Eduardo Cunha para que o ele não abrisse o bico e denunciasse o Presidente da República. No entanto, esse Presidente continua no poder. Vou dizer uma coisa: a cada dia, se torna mais difícil tirá-lo de lá, porque ele se articula.

Os jornais de São Paulo já começam a mudar o perfil, a fazer editoriais diferentes. O próprio jornal O Globo, por exemplo, acho que já começa a dar uma pisada no freio; acha que avançou demais, quer recuar, mas não sabe direito como. E a gente não consegue sequer mobilizar uma parcela significativa da população para ir às ruas e colocar esse Presidente para fora.

Eu estou dando essa politizada para dizer o seguinte: a gente está vivendo uma situação muito complicada no País, muito difícil, não é? Com toda franqueza, vocês estão vendo até o tom que eu estou dando à fala. Entendo perfeitamente a necessidade até do discurso radical. É esse que empolga as pessoas mesmo. Isso é fundamental, mas não é isso que vai resolver o nosso problema, nesse momento. Podem ter certeza. É a nossa capacidade de fazer política com competência, de fazer a autocrítica necessária, de apresentar as propostas que sejam capazes de mobilizar segmentos que estão contra o Presidente, que acham que essa praga é uma pinguela para a gente atravessar até 2018.

A gente tem que ter muito equilíbrio, muito sangue frio, muita habilidade, muita competência, porque senão a gente vai continuar fazendo a política que a gente fez historicamente e continuar no gueto; assistindo àquele Congresso Nacional sem aceitar os milhares de pedidos de *impeachment* que foram encaminhados. Portanto, não votá-lo e não colocar em votação a Emenda Constitucional do Miro Teixeira – que antecipa as eleições – vai fazer com que a gente continue perdendo concretamente, apesar de ter o convencimento de que está do lado certo.

Concordo também com o seguinte: os problemas do País sempre são colocados nas costas dos trabalhadores. Por exemplo, há uma crise da Previdência e tudo que você falou é verdade. Quando se criaram as contribuições, numa parte das contribuições 25%, 30%, deveriam ser para a Previdência; para depois criar uma nova lei, desvinculando as receitas da União e permitindo que esses recursos fossem retirados e colocados em outras áreas. Enfim, sacanagem sobre sacanagem, não é? E nas costas dos trabalhadores, nas costas do povo. Isso que você falou é verdade também. As isenções que são dadas também são um absurdo.

Quando a gente vê como se estruturou o Estado brasileiro, ao longo dos últimos anos, grande parte daqueles deputados que estão lá foram literalmente comprados. Não só os deputados: todas as casas legislativas são compradas literalmente por setores econômicos para manterem os interesses deles; para darem grandes isenções, como foi feito no Estado do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que se cobra uma reforma previdenciária que vai impor mais sacrifícios ainda ao aposentado e ao trabalhador, empurrando o último para uma situação quase que de impossibilidade de se aposentar. Quer dizer, isentam R\$ 25 bilhões de um banco que teve R\$ 6,25 bilhões de lucro só no primeiro trimestre deste ano. Então, ao mesmo tempo em que se discute toda essa crise econômica, se articula um projeto de Refis – Programa de Recuperação Fiscal – que beneficie só a empresa Oi em mais de R\$ 50 bilhões e por aí vai, entendeu? Claro que já não suportamos mais isso e tem que resistir mesmo. Só que o “resistir mesmo” precisa ser cada vez mais habilidosamente, mais competentemente, com mais coragem, determinação, mais habilidade, do contrário não adianta.

Vou dar um exemplo concreto: quando o Reimont – que é um “parceiraço”, um companheiro de luta com o qual vocês podem contar inteiramente para todas as lutas – convoca essa Audiência, é ótimo. Mas vocês sabem – se não sabem, saberão agora – que se os 51 vereadores decidirem fazer um projeto de lei incluindo vocês na Lei nº 4.814/2008 e, provavelmente, se o Reimont ou alguém apresentar um projeto de lei incluindo vocês na Lei nº 4.814/2008, todos os vereadores votarão a favor. Muitos deles saberão que estão votando a favor. Mas esse projeto de lei, sendo iniciativa da Câmara, será tratado como inconstitucional, porque a Câmara não pode apresentar projeto que gere despesa.

Assim, será vetado pelo Prefeito e, certamente, depois, promulgado pela Câmara. O Prefeito arguirá inconstitucionalidade. O Tribunal de Justiça, em um “copia/cola” – porque eles já não fazem nem mais análise, sendo um projeto que o Prefeito vetou da Câmara, eles copiam de outras centenas de decisões que tomaram a esse respeito –, dizendo ser inconstitucional, porque a Câmara não pode ter esse vício de iniciativa. Cola, copia e decide. Não perde nem mais tempo.

Essa é a realidade. Sendo essa a realidade, nós temos que fazer política. Se nós queremos sair desse troço, temos que fazer política. Nós temos que, primeiro, chamar vocês aqui, isso é importante, demonstrar que a grande maioria da categoria está empenhada. O nível de decisão, até onde vocês vão levar essa luta, vocês que vão decidir. Por exemplo, eu vi aqui um monte de gente dizer: “Se não igualar, vai parar”. Quem sabe chega o momento de parar, de tomar essa decisão, avaliar o momento certo de fazer isso. Mas, concretamente, temos que encontrar um meio de resolver o problema. Discurso empolgado eu também sei fazer. Faço isso, acho, desde os 12 anos. Eu acho que esse é um momento em que nós temos que fazer muita política, saber fazer política.

Eu estava vendo, aqui, quanto custa. Parece que nós temos que calcular sempre no orçamento. Custa R\$ 25 bilhões, aproximadamente, essa inclusão de vocês na lei. É uma coisa concreta, real, entendeu? O Vereador Reimont sabe que a minha posição, hoje, é de absoluta independência. Eu não sou Governo, não sou um radical de oposição. Eu voto aquilo que eu entendo ser correto para atender as necessidades fundamentais da população, especialmente da Cidade do Rio de Janeiro. É assim que eu trabalho, nessa lógica.

Se há alguma coisa que eu acho importante, eu vou votar. Algumas coisas que são interessantes, que são reais... O orçamento aprovado no ano passado, que foi de quase R\$ 30 bilhões, já foi aprovado erradamente. Ele não levou em conta que o ano passado foi um ano com uma realidade e este ano era um ano completamente fora da realidade do ano passado. Então, ele já tinha uma defasagem de cálculo atuarial de R\$ 3 bilhões. Já deveria ser R\$ 3 bilhões a menos. As previsões financeiras para este ano são de R\$ 3 bilhões segundo a Prefeitura, talvez seja menos do que isso. Isso é real? É real.

Você quer ver uma coisa que a companheira Conceição colocou aqui? É um absurdo se tratar a legislação previdenciária arrojando ainda mais dinheiro de aposentado, trabalhador, etc. Mas tem um rombo na Previdência, fruto de anos de má administração. Para vocês terem uma ideia, se quando a Previdência foi criada aqui, em 1990, o recurso fosse aplicado em caderneta de poupança, que é a gestão que menos remunera normalmente, nós teríamos R\$ 1,9 bilhão em caixa. Eu sei porque faço parte dessa Comissão também. E hoje nós temos déficit de R\$ 1 bilhão, porque foram aplicados das formas mais irresponsáveis os recursos da Previdência. Isso é um dado concreto, real. Como lidamos com isso? Como trabalhamos com isso?

Em resumo, para não me estender, é óbvio que vocês podem contar comigo integralmente nessa luta, mas de forma concreta, de forma realista, sensata. Acho que precisamos ter espaço para negociar com o Governo. Não temos força política hoje para quebrar determinadas situações. Então, tem que ter espaço político para sentar à Mesa, tentar convencer, persuadir, convencer o maior número possível de vereadores a estarem nessa luta, não votando apenas um projeto, mas envolvidos diretamente na luta, para que convençam o Prefeito de que isso é necessário. Essa é uma tarefa do nosso cotidiano, é uma tarefa que nos propomos a realizar. É assim que eu tenho procurado atuar.

Não esperem de mim discursos muito inflamados porque não os farei. Mas se vocês estiverem aqui todos os dias, poderão ver que sempre falo mais ou menos sobre a mesma situação. Aliás,

como faz também o Reimont, como fazem alguns outros poucos companheiros aqui, que é tratar da questão nacional, vincular a questão nacional à questão do Estado e do Município, demonstrar que chegamos ao limite. Não dá mais para aceitar passivamente – vou ser mais radical – que se imponha goela abaixo de quem trabalha, se sacrifica, paga seus impostos etc. a responsabilidade por uma gestão incompetente, irresponsável, corrupta, que rouba o povo e, ao mesmo tempo, coloca as contas da roubalheira nas costas do povo. Só que isso não é simples.

É isso, pessoal, contem comigo. Mas contem comigo não para

fazer um discurso radical, para tentar fazer aquilo que é possível e real.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Muito obrigado, Vereador. Não temos dúvida nenhuma de que podemos contar com o Vereador Fernando William.

A Margareth é quase internacional. Veio pelos ares e daqui a pouquinho está partindo de novo lá para o Sul do Brasil. Eu vou passar o microfone para as considerações dela. Nós continuamos, porque precisamos passar para o Executivo falar.

Margareth, para as considerações finais.

A SRA. MARGARETH ALVES DALLARUVERA – Eu pedi para falar agora porque, infelizmente, estou quase perdendo meu voo. Estou desesperada. Entendo que esta Mesa é de encaminhamentos, porque não vamos ficar na Audiência Pública sem tirar algumas questões. Mas há três questões que eu não posso ir embora sem deixar registradas.

Uma é tranquilizar o Vereador Fernando William no sentido de que inicialmente foi feito – inclusive, quando ainda éramos uns 1.100 assistentes sociais; já nem somos mais, já somos quase 800 – impacto nesse processo. Foi feito impacto e não dá o mínimo impacto. Acho que o Marco chegou a acompanhar isso na época, não foi? Você estava junto com o Sindicato quando nós... Não deu nem 1% de impacto, certo? Eu nunca trouxe esse debate sobre o impacto que vai dar na folha, até porque esse impacto no orçamento já foi feito. Então, o Sindicato tem toda a tranquilidade, porque sabe que o pleito não é irreal, o momento que não dá impacto, conseguir o quantitativo de assistentes sociais. Hoje a realidade já é outra. Porque quando nós fizemos esse levantamento do impacto no orçamento, nós éramos, aproximadamente, 200 a mais. Acho que 0,1% de impacto naquela ocasião. Tem que deixar isso claro aqui e tranquilizar o Vereador, porque você falou de impacto.

Penso que esta Audiência Pública – a fala da Glauce traz essa reflexão para a gente – tem que sensibilizar muito mais os vereadores e, principalmente, o Executivo. Alguém disse que a Audiência Pública ia ficar aqui de questões... Você está correta, é a primeira em que temos os gestores sentados conosco. Isso é um fato importante. Demonstra que vamos conseguir dialogar o que não estávamos conseguindo, dar alguns andamentos.

Sobre essa questão da iniciativa, nós sabemos que não vai sair nada daqui, dos vereadores, porque não tem inocente aqui neste Plenário. Todo mundo tem cabeça, tem cérebro e sabe que se qualquer vereador vier nos dizer que vai mandar alguma emenda, algum projeto de lei, que isso vai dar vício de iniciativa. Nós não vamos aceitar isso, sabemos que vai dar impacto. Então, nosso papel aqui é sensibilizar, que o Legislativo se sensibilize junto conosco. Que essas falas todas daqui alcancem o Poder Executivo. Que nós tenhamos a certeza de que vindo a Mensagem do Gabinete do Prefeito para cá, aí sim, os vereadores irão votar na inclusão dos assistentes sociais no Anexo II da lei, do qual fomos retirados. Temos a clareza do nosso pleito.

Queremos fazer o último pleito como sindicato. Não deixe que a gente não ganhe isso no campo político. Nós temos certeza de que as nossas condições são favoráveis. Queremos ganhar no campo político-administrativo, porque o sindicato ajuizou uma ação contra a Prefeitura. É o Processo Judicial 0300704-44.2014.8.19.0001. O sindicato ajuizou a ação contra a Prefeitura, que está na 5ª Vara de Fazenda Pública, foi distribuído no dia 3 de setembro 2014, quando nós esgotamos as nossas questões administrativas. Esse processo judicial já fez todos os trâmites.

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro se posicionou nesse processo dia 20 de abril de 2014. Ela fez juntada da petição. Agora, esse processo judicial está na mão do juiz para uma decisão. Nós sabemos que na Justiça tudo demora. Mas nós sabemos também que essa causa é ganha. Se não ganharmos, nós vamos recorrer à segunda e à terceira instância, porque nós temos tudo para ganhar esse processo judicial.

Em nome de tudo aquilo que foi falado aqui, em nome da valorização desses trabalhadores, que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro nos conceda aquilo que é direito nosso, antes que ganhemos o processo judicial.

É esse o pleito do Sindicato dos Assistentes Sociais. Saímos

na certeza de que vamos trabalhar juntos: base, a Comissão, a direção do sindicato, os vereadores, para poder fazer com que essa mensagem chegue à Câmara dos Vereadores o mais rápido possível. Vamos à vitória! Viva a vitória: a equiparação salarial é nossa!

Beijo no coração, porque agora eu tenho que partir, porque outro compromisso me espera.

Fora, Temer!

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Obrigado, Margareth, boa viagem. Represente bem a gente lá.

Vereador Fernando William também tem uma atividade. Muito obrigado, Vereador, por sua presença aqui entre nós. Nossos agradecimentos.

Obrigado, Margareth. Deus te proteja e te acompanhe, viu? Vou passar para o Executivo, para que a Claudia e o Robson usem o tempo que eles acharem necessário.

Além das perguntas colocadas, nós temos uma bem objetiva, feita pela Veronica e que, na verdade, é um questionamento que a Comissão também faz. Haverá necessidade de abertura de novo processo, visto que o primeiro foi extraviado? O Executivo tem intenção de fazer valer a lei federal, que é a Lei do SIMAS, no sentido de dar garantias ao assistente social, que na resolução do Prefeito – se eu não me engano o Prefeito Cesar Maia –, omitiu o profissional de serviço social, se pode ser uma coisa mais simples? Queremos saber também se a Secretaria tem um prazo para nos remeter uma solução para o problema. E, aí, eu abro a palavra para vocês.

O SR. ROBSON MARTINS TEIXEIRA – Bom, pessoal, com relação a essa demanda judicial, questionando a aplicação da legislação, o meu entendimento, a princípio, é o de que seria importante que esse contexto fosse revisto, na medida em que isso vai tomar um caminho diante da justiça. Com isso, a coisa pode caminhar de maneira mais lenta.

Parece que quem patrocina a ação é o Sindicato, então seria importante que ele repensasse essa questão, pelo menos num primeiro momento – o advogado está aqui para ver se a gente consegue um encaminhamento administrativo. Em que pese – eu vou deixar muito claro que a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos não é gestora da política de pessoal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. A mensagem que a gente traz aqui para vocês, hoje, é de parceria, para caminharmos juntos. Isso não é uma ação da Secretaria.

Hoje em dia, existe uma Secretaria de Serviços Compartilhados – que é a antiga SMA – que é a responsável. Infelizmente, o colega da Coordenação de Recursos Humanos – e eu também sou servidor da Prefeitura, há muito tempo – não pôde comparecer; e é de lá que tudo vai surgir para do prosseguimento à proposta de vocês. Então, eu acho que o Sindicato precisa repensar esse encaminhamento jurídico, num primeiro momento. Na medida em que isso prossegue na justiça, administrativamente você dá uma fechada nas portas... Eu não tenho a exata noção disso, eu não sou advogado, mas deixo isso como uma proposição.

E a outra questão é essa: a Secretaria da Administração, a Secretaria de Serviços Compartilhados, seria o órgão que poderia dar vazão a esse questionamento. A meu ver, e eu estava conversando, agorinha mesmo, com o Vereador, não é necessário um projeto de lei, nada. A lei já existe. É preciso que se aplique o que já está previsto na legislação. Essa é a proposição.

Eu tinha apenas essa questão para falar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Claudia, está aberto para você.

A SRA. CLAUDIA LASRY MARTINS – Bom, a colega, lá em cima, perguntou assim: “Quais as providências podem ser realizadas efetivamente?”

A partir do momento em que a Secretária recebeu uma Comissão e entendeu o pleito, ela buscou saber um pouco mais sobre o que a categoria estava pedindo. Quando ela me chamou, eu levei a Lei do SIMAS – não é, Marcão? –, que está em vigor. É o que legitima a categoria. A matricialidade da nossa Secretaria é o que nós temos hoje: são 838 assistentes sociais distribuídas nas

diversas unidades; são 227 que atuam fora da Secretaria. Isso para ver o grau de importância da categoria. Não estamos num mundinho fechado, na caixinha da Assistência; estamos em todas as áreas, inclusive, dentro desta Casa. Nós temos assistentes sociais aqui.

E, aí, quando eu li para ela o § 6º do art. 5º, que diz: “A gratificação do Sistema Municipal de Assistência Social para fins da base de cálculo terá como limite máximo individual o valor do mais elevado padrão de vencimento atribuído à categoria funcional de assistente social posicionada ao nível superior da área da saúde”, ela falou: “Pára, eu já entendi. Está tudo errado”. É isso, ela já entendeu.

Isso passou a fazer parte de mais uma das urgências que a Secretária tem que atender. Ontem, estivemos na Casa e a Secretária disse o seguinte: “Nós temos hoje, para além das grandes demandas que foram citadas aqui, como atraso de salário, como precarização do serviço, os puxadinhos em que trabalhamos”. Há um monte de puxadinhos em que atuamos. Eu trabalhei um ano no CREAS Simone de Beauvoir, que está interditado pela Defesa Civil, mas estão todos lá dentro trabalhando até hoje. Mesmo eu não estando lá, há companheiras aqui dentro que continuam.

Além dos puxadinhos que se tem que dar conta, ela colocou isso na pauta dela, das urgências que ela precisa legitimar junto ao Prefeito. É óbvio que sabemos que deve haver um novo estudo sobre os impactos. Se na época de 1.200, 1.300 assistentes sociais, era menos de 1%, hoje, sendo 838, o impacto deve ser menor. Agora, como o Chefe de Gabinete falou: “isso não depende da Secretária”. Mas é óbvio que ela vai fortalecer quando isso depender também de um parecer dela. Ela recebeu a categoria e tem total interesse em fazer com que isso seja legitimado.

Então, eu acho que essa é a resposta que eu trago da Secretária: no que depender do parecer dela, é óbvio que ela não vai ser contra – até porque ela recebeu essa categoria, entendeu e falou: “É legítimo. O que é legítimo não se discute. O que está na lei é para se cumprir. Não tem mais o que falar”.

É isso o que eu tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Eu penso que nós temos a certeza de que uma audiência pública feita nesse espaço físico se espalha, ela se esparrama, ela vai. Tem muita gente nos assistindo pela transmissão via internet, pela transmissão ao vivo. Tem muita gente comentando. Muitas assistentes sociais têm participado do debate à distância e lamentam não poder estar aqui.

Eu acho que há um trabalho a ser feito, e esse trabalho é exatamente sistematizarmos tudo aquilo que foi pensado, que foi discutido, debatido, conversado e falado aqui nesta Audiência Pública. O Vereador Luiz Carlos Ramos Filho é o relator da nossa Comissão. Ele conversou comigo e disse que vai participar dessa sistematização.

Eu queria sugerir, como encaminhamento – vou ainda passar a palavra para os outros membros da Mesa –, mas sugerir, para vocês irem pensando, a gente fazer um grupo de trabalho, onde tivesse a assessoria do nosso mandato, a assessoria do mandato do Vereador Luiz Carlos Ramos Filho, que é o relator da Comissão, e que tivesse uma representação do Sindicato, uma representação do CRESS-RJ, ou outra configuração que vocês considerem importante, para a gente montar um grupo de trabalho para sistematizar e levar não só à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, mas chegar também ao Coordenador Especial de Recursos Humanos, que justificou a ausência e disse que está à disposição dos resultados desta Audiência Pública. Isso é público. Foi fala do Anderson para nós, colocado aqui. Poderíamos pensar dessa forma?

Então, vou continuar abrindo a palavra para a Mesa e, depois, a gente configura esse encaminhamento de maneira mais concreta. Pode ser dessa forma?

Com a palavra, o Charles Barros de Figueiredo.

O SR. CHARLES BARROS DE FIGUEIREDO – Só para ressaltar e reafirmar, com relação ao impacto financeiro. Como foi dito, hoje somos menos de 800 assistentes sociais. Então, esse impacto financeiro, em princípio, vai ser menor do que avaliado e analisado há alguns anos.

Se a equiparação de vencimentos não se trata de um aumento

salarial, ela tem que estar prevista no orçamento. Se tem que estar prevista no orçamento, deve ser aplicada. Evidentemente, acreditamos que, para este ano, por não ter havido a previsão orçamentária para a nossa inclusão na equiparação, talvez isso seja um empecilho. Mas, para conceder no ano que vem, que a nossa equiparação seja prevista na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Desculpem-me falar logo depois do Charles de novo, mas eu considero que a fala dele é muito propícia. Eu considero aqui outra questão: a gente falou aqui de nenhum direito a menos e de reparação já! Então, nós postergarmos isso em nível orçamentário é correto. Mas, devemos compreender também que há uma prática – embora a Prefeitura tenha falado e alardeado o tempo todo o déficit, e o Secretário César Benjamin disse que não tem dinheiro para a merenda no mês que vem – e nós não acreditamos nisso. Não podemos acreditar nisso. O dinheiro da Educação é um dinheiro carimbado. Não se pode mexer na merenda das crianças e ponto.

Agora, quando nós falamos de outras questões orçamentárias, é bom a gente lembrar também que, a despeito de toda essa questão de que a Prefeitura tem um rombo – essa tem sido a fala recorrente quase o tempo todo –, precisamos compreender que esta Casa, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, todos os anos concede ao Chefe do Poder Executivo no Rio de Janeiro a possibilidade, o direito de fazer o remanejamento de 30% do orçamento.

Temos que pensar nisso também. Estou corroborando com a sua fala, viu, Charles? É claro que é muito melhor e que nós temos que cuidar para que em 2018 esteja previsto no orçamento. Vamos compreender que há uma vontade política. Eu sou daqueles que acredita que, vontade política sempre existe. Ela pode não estar favorável a nós, mas ela existe. Então, nós queremos que a vontade política conflua para estar naquilo que é direito dos servidores.

Agora, com a palavra, o Robson Martins Teixeira de novo. O microfone está aberto, Robson.

O SR. ROBSON MARTINS TEIXEIRA – Apenas alertando para a questão do impacto na folha: 838 são assistentes sociais ativos. Nós não podemos nos esquecer do pessoal aposentado. Eu acho que eles não poderão ficar de fora na hipótese de tudo acontecer. Aí, esse impacto vai ser reestudado e deve ser levado em conta também em relação aos aposentados. Apenas isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Perfeitamente. Nossos respeitos aos aposentados. Nesse caso, esse impacto tem que ser estudado mesmo.

Na fala do Marco, que estudou a questão do impacto, como já foi falado aqui, na compreensão dele – e a Prefeitura precisa testar isso, fazer a verificação disso – não vai gerar esse impacto que se diz na folha de pagamento. Mas é um estudo que tem que ser feito e está correto o Robson fazer essa ponderação.

Com a palavra a nossa Aydee.

A SRA. AYDEE VALERIO DE SOUZA ALBINO – Isso. Ainda bem que se lembraram dos aposentados. A Aydee gostou muito de ser lembrada.

Eu encerro a minha participação aqui reafirmando: nenhum direito a menos! Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Passo a palavra, para as suas considerações finais, à presidente do sindicato. Presidente, não se empolgue tanto, são considerações finais – estou brincando, Zezé.

Com a palavra a Senhora Maria José dos Santos Peixoto, a Zezé, Presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais, para as suas considerações finais.

A SRA. MARIA JOSÉ DOS SANTOS PEIXOTO – Vereador Reimont, querido, eu não posso me modificar.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Não, empolgue-se!

A SRA. MARIA JOSÉ DOS SANTOS PEIXOTO – Diz a Marilena Chauí que o homem se modifica para lidar com o outro. Eu não posso me modificar, nasci assim, cresci assim e vou lutar assim.

Deixa eu falar, Vereador Reimont. Mais uma vez, quero agradecer em nome de todos os afiliados do Sindicato dos Assistentes Sociais por esse espaço criado para todos nós. Quero agradecer também o trabalho desenvolvido no sindicato. As diretoras estão presentes, inclusive, aqui, Maria da Conceição, nossa companheira Conceição; a Margareth, que saiu; Mariza Alvarenga, Aida Viana; Alzira Prata, Laura Jardim; Gysele e eu também.

Eu quero dizer o seguinte: ouvindo todo mundo, concordo com todo mundo, mas não podemos deixar a categoria sair perdendo absolutamente nada. Que deve tem que pagar e vai pagar. Por mais que faça, conversa aqui, conversa ali, conversa acolá, o que o sindicato propõe é negociar. E quero agradecer ao Vereador Reimont pelo espaço e pela reunião quem conseguiu para nós com a Secretária Teresa Bergher. Porque enviamos um documento e nunca houve uma reunião conosco. A verdade é essa. Mas, na reunião que tivemos, graças a esse espaço que o Vereador Reimont abriu, a Secretária Teresa Bergher foi muito favorável.

Mas a gente sabe que uma coisa é você conversar, outra coisa é você agir. Não é isso? Então, o sindicato tem que ter o cuidado para não deixar a categoria perder um real. Porque dói no bolso dela, ela está perdendo desde 2008. E isso é problema do gestor público que não cumpriu a lei. Se nos temos uma lei, cumpra-se a lei. Se não quer negociar com o sindicato, até para fazer, tenho certeza, que o sindicato negociaria com a categoria em assembleia geral, para pagar parcelado, se é possível, se não é, a gente joga para a assembleia. Se a assembleia aprovar, tudo bem, se não aprovar é outra coisa. A gente assume o que assembleia aprova. Mas, assim, perder direito? A gente trabalha pelo direito dos outros, porque a gente não vai lutar pelos nossos direitos? Não é?

Então, companheiros, o sindicato não vai abrir mão dos direitos dos assistentes sociais da Cidade do Rio de Janeiro. Agora, seria de bom grado, para todos nós, para o sindicato, principalmente para a categoria e para o gestor, sentar com o sindicato e negociar, mas não é fechar negociação.

Vou pedir, Vereador Reimont, o Senhor que abriu esse espaço na Secretaria Municipal de Assistência Social, você continue com essa abertura e tentem marcar uma reunião para que o sindicato possa sentar e negociar. A gente quer, inclusive, fechar uma convenção coletiva para os assistentes sociais da Cidade do Rio de Janeiro. O sindicato está aberto para negociar, agora, sem perder. Porque perder, a gente já vem perdendo desde 2008 e a gente tem que recuperar as perdas.

O que agente pode fazer é negociar como vão pagar essas perdas, entendeu Vereador?

A gente não pode abrir mão, porque tem oitocentos e tantos assistentes sociais que se aposentaram, de 2008 para cá, que estão inseridos na lei, mesmo que esteja aposentado, é um direito líquido e certo desses companheiros que estão hoje descansando um pouco.

O SR. MARCO CRUZEIRO – Eram pouquíssimos.

A SRA. MARIA JOSÉ DOS SANTOS PEIXOTO – Exato. Mas mesmo assim, a gente não pode perder nenhum companheiro, ninguém deve sair perdendo, porque, se a categoria quiser, vai virar a mesa dessa Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e vai abalar o Prefeito Crivella, porque a gente não vai baixar o lombo. Porque a gente já apanhou muito, desde 2008 que essa categoria não recebe aquilo que tem direito.

Nós estamos abertos, mais uma vez, Vereador Reimont, mais uma vez, Robson e Cláudia, nós estamos abertos para negociar, o sindicato dos assistentes sociais não está fechado para as negociações. Está aberto para negociar. Agora, sem nenhum direito a menos.

Muito obrigada e até a vitória.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Zezé, obrigado. Nós que te agradecemos. Nós estamos chegando ao final. Para consideração final, Mônica. Está aberto o microfone.

A SRA. MÔNICA OLIVAR – É rápido. Novamente parabenizar por este momento. Inclusive, seria importante ter outros momentos para discutir a política de recursos humanos na Prefeitura do Rio de Janeiro. Quando o companheiro fala que o número de assistentes sociais não causa tanto impacto em relação aos direitos que a categoria está lutando, isso é verdade? Por exemplo, na Saúde, na Prefeitura do Rio, há 15 anos não tem concurso, e a categoria está saindo, aposentando e adoecendo. Tem que discutir a política de recursos humanos e as condições de trabalho dos assistentes sociais – isso é imediato, urgente. O Conselho Regional de Serviço Social coloca-se à disposição do mandato do Vereador Reimont, junto com o Saserj, para estar com a categoria para discutir a política de recursos humanos e as condições de trabalho dos assistentes sociais aqui no Município do Rio.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – Agradecemos, Mônica.

Estamos chegando ao final da nossa Audiência Pública. Eu acho que todos nós temos uma tarefa que é simples, vocês fazem isso com o pé nas costas: cada um de nós tem que fazer um pequeno release, um parágrafo ou dois, e a gente dispara nas redes sociais para dizer o resultado da nossa audiência de hoje. Acho que isso é importante. Nós temos uma grande ferramenta, todos nós sabemos o que é a mídia hegemônica e o que é a mídia alternativa, o que é a internet e como a gente consegue chegar a diversas pessoas. Vamos fazer um pequeno release e espalhar o que aconteceu aqui, hoje, e quais são as nossas reivindicações, nossas lutas, onde estamos, como estamos caminhando e aonde queremos chegar. Essa é uma tarefa de todos nós.

Depois, uma tarefa que é da Comissão e que não nos furtamos a ela, mas queremos ajuda: Se nós da Comissão, dos mandatos dos vereadores, formos fazer a sistematização desta Audiência Pública, nós podemos fazer uma coisa muito bacana, mas podemos incorrer em erros que se tiver um assistente social conosco, se vocês estiverem conosco, vocês conseguiriam nos ajudar a minimizar os equívocos. Os profissionais são vocês, quem está sentindo na pele são vocês. Não se faz política para as pessoas, a política tem que ser feita com as pessoas. Nesse sentido, há uma tarefa que é comum a nós, nós podemos pilotar, e a Casa está à disposição, bem o auditório da Câmara e o nosso gabinete, para podermos fazer uma reunião. A Leila ajudou na organização dessa Audiência Pública e a gente agradece.

A Leila já se reuniu com assessores do Vereador Luiz Carlos Ramos e com membros do sindicato. Nós poderíamos montar um grupo de trabalho – seis ou oito pessoas – que eu acho que deveria ter o pessoal do sindicato, os mandatos, e o CRESS-RJ. Poderíamos nos organizar com a Leila, depois dessa reunião aqui, para podermos sistematizar isso. E nós vamos peregrinar, vamos à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, ao setor de Recursos Humanos, e vamos caminhar com isso. Nós queremos que nenhum direito seja a menos, mas para isso temos essa tarefa a conduzir.

Acho que, dessa forma, encerramos a nossa Audiência Pública, agradecendo muito a presença de todas vocês. Quero agradecer a presença da Mônica, do Charles, da Aydee, da Cláudia, do Robson, da Zezé, da Margareth, da Vereadora Veronica Costa, do Vereador Luiz Carlos Ramos Filho, do Vereador Fernando William e de cada um de vocês.

Quero agradecer também ao pessoal da Diretoria de Comissões que conduz sempre muito bem, com um pessoal muito técnico, competente e profissional. Quero agradecer ao pessoal do som – competência total –, pessoal da Rio TV Câmara – maravilhosos, Serviço de Atas, de Debate, da Taquigrafia, do Cerimonial, da Segurança – estamos todos seguros aqui.

Agradeço a todos, a equipe do nosso mandato e a você que está do lado de lá da rede nos acompanhando.

A Zezé quer fazer um agradecimento.

A SRA. MARIA JOSÉ DOS SANTOS PEIXOTO – Estou quebrando o protocolo, para nós trabalhadores, não é Vereador Reimont? Não poderia sair sem agradecer mais uma vez a você, em nome da nossa entidade, Vereador Reimont e a Leila que ficou permanentemente em contato conosco, obrigada companheira pelo seu apoio, um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (REIMONT) – A nossa Audiência está encerrada. Eu quero encontrá-las no domingo em Madureira, às 14 horas, para o nosso grande ato das “Diretas Já” e “Fora, Temer!”

Um grande abraço a todos.
Está encerrada a Audiência Pública.

(Encerra-se a Audiência Pública às 17h16)

MENSAGEM DE CONGRATULAÇÃO

Exmo. Sr.
Vereador REIMONT

Gostaria de agradecer o convite para participar da Audiência Pública da Comissão Especial que trata do cumprimento da Lei do Sistema Municipal de Assistência Social para os Assistentes Sociais, que acontecerá no dia 2 de junho, no plenário da Câmara Municipal.

Receba o meu mais sincero desejo de sucesso na realização do evento. Ações como essa são de máxima importância para garantir o crescimento da cidade e benefícios para os cidadãos.

Com cordiais saudações,

Vereador CLÁUDIO CASTRO
PSC

RELAÇÃO DOS PRESENTES

Fernanda Alves Melo; Regina dos Santos Martins; Mariza Pereira Alvarenga; Meiry Márcia Mota dos Santos; Fabiola Pereira Chaves; Aydée Valéria de Souza Albino; Claudia Cilene Kistenmacker; Raquel Fabiano Pessoa; Maria Marlene Alencar; Gloria Maria Rosa; Regina Celia Ferreira; Sarai Basilio Ribeiro; Maria da Conceição; Maria Lucia Costa; Gisele Montenegro; Larissa Barreto; Fernanda Banus; Monica Olivar; Daiana Fuffoni Calleia; Sandra Aquilino Castilho; Darcy Alzira Barreto; Marcia Barbosa Alves Di Napoli; Cybele Cardillo; Luciana Maria Cesar Gonçalves; Marco Antonio Cruzeiro; Eliane Candida Marcelino; Aline Costa Marins Brandão; Glaucete Amaral de Magalhães; Camila Dias da Rocha Nunes; Tânia Maria Anchieta; Ana Cristina dos Santos Puga; Robson Martins Teixeira; Cláudia Lasry; Adriana Lúcia da Silva; Alessandra Curcio Mineiro; Alba Valéria Hausmann; Gabriela de Castro Furtado; Viviane Cordeiro; Viviane Rodrigues; Regina Santos; Solange Pinheiro; Rosana Alves; Raquel Costa Correa Cardoso; Bianca Melgaço Macedo; Aida Viana; Maria Odette; Roberta da Silva Costa; Rosângela de Carvalho Ferreira; Ana Elise Girardin; Margareth Alves; Sandra Fantini; Cecília Luiz de Oliveira; Luciana Braga Palma; Ginalva da Silva Loroza; Alzira Prata Faria; Déborah Maria de Sena Santos; Jussara de Lima Ferreira; Patricia Murine de Oliveira; Roberta dos Santos Figueiredo; Mônica Dias de Araújo; Elisabete da Silva; Vilma Buriche Figueiredo; Charles Barros de Figueiredo; Igor Tadeu Alves de Araujo; Paulo José Theodoro; Gysele Marchiotti.

DEBATE PÚBLICO REALIZADO EM 31 DE MAIO 2017.

Presidência do Sr. Vereador Leandro Lyra

Às dezenove horas e trinta e um minutos, no Plenário Teotônio Villela, sob a Presidência do Sr. Vereador Leandro Lyra, tem início o Debate Público para discutir assuntos relacionados à Frente Parlamentar pela Desburocratização do Município do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (LEANDRO LYRA) – Senhoras e senhores, boa noite.

Dou por aberto o Debate Público para discutir assuntos relacionados à Frente Parlamentar pela Desburocratização do Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de estudar, discutir e propor medidas que reduzam a complexidade da legislação no Município, propiciem ganhos de eficiência no ambiente de negócios e permitam maior envolvimento do cidadão com o

processo legislativo, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 9.491/2017.

A Mesa está assim constituída: Senhor Subsecretário de Tributação e Fiscalização da Secretaria Municipal de Fazenda, Renato Bravo; Senhor Presidente da Rio Negócios, Marcelo Haddad; Senhor Presidente da Jucerja (Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro), Luiz Paranhos Velloso; Senhora Coordenadora de Ambiente de Negócios e Infraestrutura da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), Júlia Nicolau; Senhora Gerente da Redesim (Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empregos e Negócios) no Sebrae/RJ (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Juliana Lohmann; e Senhor Edivan Costa, Empreendedor Endeavor e empresário do Rio de Janeiro.

Recebemos mensagens que serão publicadas no Diário da Câmara Municipal, bem como a relação nominal de presentes a este Debate.

Gostaria de registrar também as seguintes presenças: Senhor Thiago Sarmento, Subsecretário de Micro e Pequenas Empresas do Estado de Goiás; Doutor Cristiano, diretor da Firjan; e Senhor Renato Mansur, vice-presidente do Sescon-RJ (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro).

Agradeço a todos pela presença neste Debate Público para tratar do ambiente de negócios do Rio de Janeiro. Como já foi posto, o Debate é iniciativa de uma Frente Parlamentar que tem amplo apoio aqui na Câmara Municipal. Conseguimos o apoio de quase 40 vereadores, dos mais variados espectros políticos, porque essa é uma pauta que une a todos em prol da Cidade do Rio de Janeiro.

Gostaria de agradecer à Junta Comercial, representada na figura do seu presidente, Luiz Paranhos Velloso, por todo o trabalho que vem fazendo. A Junta Comercial está à frente desse processo de desburocratização do Município, e está fazendo um trabalho exemplar, por exemplo, com o Cogire – Conselho Gestor para Integração do Registro de Empresas. Esse trabalho também está sendo feito junto à Prefeitura, para redução do tempo de abertura de empresas. Realmente, percebemos uma articulação muito positiva para o Rio de Janeiro.

Agradeço também pela presença da Endeavor, na pessoa do empreendedor Edivan Costa; e pelas presenças do Lucas, representante da Endeavor no Rio de Janeiro, e da Lorena. A Endeavor é uma instituição que traz para si esse papel da cultura e do empreendedorismo no Brasil. Eles têm diferentes atuações, como promoção de eventos. Fazem a ligação entre os empresários seniores e os empresários juniores e fazem também diferentes publicações, como é o caso do índice de cidades empreendedoras. Assim como o relatório do Banco Mundial, que é o *Doing Business*, esse índice faz com que tenhamos a real noção de como está o ambiente de negócios nas diferentes cidades do Brasil. É muito positivo esse tipo de iniciativa. Muito nos honra sua presença.

Gostaria de agradecer também pelo apoio da Firjan, representada pela Doutora Júlia Nicolau. A Firjan é uma instituição de suma importância para o Rio de Janeiro, por todo o embasamento e toda a agenda legislativa que traz *a priori* no Estado. Já existe um movimento de aproximação com o Município por toda a pesquisa e o embasamento que trazem exatamente para a promoção, não só das indústrias, mas também de toda a economia carioca.

Quereria agradecer pela presença da Secretaria de Fazenda, na pessoa do Subsecretário de Tributação. Realmente, muito nos honra a sua presença porque essa é uma pauta para todos, sobretudo para a Prefeitura do Rio de Janeiro. Já estive na Prefeitura e já conversamos sobre diversas medidas que podem ser tomadas. A própria Secretaria Municipal de Fazenda tem uma divisão de pesquisa. Eles têm trabalhos de altíssima qualidade para avançar nessa pauta de facilitação, desburocratização e apoio ao empreendedorismo.

Gostaria de agradecer ao Sebrae. Em todos os ambientes a que fui, seja aqui no Rio de Janeiro, seja em Florianópolis, seja em São Paulo, o Sebrae é uma instituição que tem papel fundamental, tanto no Cogire – que citei – quanto na assinatura do decreto que o Prefeito Marcelo Crivella fez dois dias atrás,

justamente para prestigiar e reduzir o tempo de abertura das empresas. O Sebrae está sempre presente. É realmente um prazer.

Para concluir, queria agradecer à Rio Negócios. Para quem não conhece e não sabe da atuação que a Rio Negócios tem no Rio de Janeiro, ela é uma agência de facilitação e de atração de investimentos para o Rio de Janeiro. Ela não faz somente a prospecção de investidores mundo afora, representando o Rio de Janeiro nas grandes feiras, mas também é responsável pela intermediação de investimentos e atração de oportunidades para o Rio de Janeiro. Muito obrigado, Marcelo.

Para situar todos na mesma página, o intuito deste Debate é levantar ideias e traçar um panorama do que está sendo feito no Rio por essas diferentes instituições e tentar, justamente, escutar quem veio aqui hoje, quem está na ponta realmente. Saber quais são as dificuldades e sugestões, para que possamos construir uma agenda propositiva, positiva, para encaminhar os trabalhos no Rio de Janeiro, tanto no Legislativo quanto nas demais instituições e no Executivo Municipal.

A ideia – já adianto a vocês – é que todos os pontos e questões levantados neste Debate sejam registrados em um documento formal, que será encaminhado à Prefeitura, e que tomaremos como base para alinhar os trabalhos e os próximos passos aqui no Parlamento. Esse é o nosso intuito.

Gostaria de falar para vocês que estive em visita recentemente a Florianópolis. Percebi que, lá, as diferentes instituições que tratam do ambiente de negócios – sejam da Prefeitura, associações de empresas de tecnologia, sejam fundações que fazem o *link* com a academia – tinham o mesmo vocabulário. Era impressionante. Todas tinham as mesmas ideias. E o trabalho na Cidade como um todo caminhava muito alinhado. Era realmente muito bom de ver. É isso que queremos fazer no Rio de Janeiro também.

O intuito é justamente agrupar todos esses diferentes atores que vocês veem aqui na frente e as pessoas que estão vivenciando o dia a dia, para que possamos fazer uma agenda única, para que possamos caminhar juntos, porque os efeitos são muito maiores. Se cada um fica do seu lado, querendo empurrar sozinho, a iniciativa perde força. Isso nós percebemos. Já falei para vocês: no Cogire, por exemplo, que é o trabalho feito pela Junta Comercial, nós percebemos o valor que há em colocar pessoas para discutir em uma mesa. Em uma mesma mesa você coloca a Vigilância Sanitária, a Secretaria de Meio Ambiente, o Corpo de Bombeiros, a Junta Comercial. Ali fica tudo claro, e as ideias surgem. Esse é o intuito aqui.

Nesta Câmara vocês têm um aliado. A Câmara está aberta. Nós estamos dispostos a escutar os pleitos e as demandas, a procurar soluções. Não estamos aqui para ficar lamentando qualquer coisa, lamentando que a situação esteja ruim. Achemos que já chega de lamentos. Temos que partir para uma agenda

mais propositiva. É isso que estamos fazendo agora. Novamente, gostaria de agradecer.

Farei uma breve explicação de como iremos proceder com o Debate Público. Inicialmente, vamos abrir para as exposições dos integrantes da Mesa. Cada integrante terá 10 minutos para falar. Logo em seguida, abriremos para as considerações do Plenário. As pessoas que quiserem fazer uso da palavra na Tribuna irão dispor de três a cinco minutos. Iremos fixar o tempo de acordo com o número de inscritos. Para fazer as inscrições, estamos fazendo uma relação. Basta se inscrever. A partir daí, passaremos às considerações finais, quando cada integrante da Mesa terá de cinco a 10 minutos para fazer suas considerações acerca de tudo o que foi colocado aqui.

Sem mais delongas, passo a palavra para a Senhora Coordenadora de Ambiente de Negócios e Infraestrutura da Firjan, Júlia Nicolau.

A SRA. JÚLIA NICOLAU – Obrigada, Vereador. Gostaria de cumprimentar a todos. Cumprimento também todos os membros desta Mesa. Agradeço o convite.

É uma satisfação enorme estar aqui neste Debate Público para tratar de um tema tão importante. Venho representar a Firjan para tratar de um tema que nos foi pedido: a situação da indústria no Rio de Janeiro, os desafios de infraestrutura e a capacitação